

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 520
18 de Dezembro de 1983

Preço: 20\$00

NÚMERO ESPECIAL

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX - Tel. 76 97 25 - Telex 18390 - Composição e impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

X Congresso do Partido Comunista Português • Porto • 15 a 18 de Dezembro • 1983



COM O PCP - CONTINUAR ABRIL



Temos por diante duras batalhas para derrotar o Governo PS/PSD e alcançar finalmente uma alternativa democrática. Este nosso X Congresso é de capital importância para preparar o Partido para essas batalhas. Batalhas que não são apenas para travar, mas também para vencer. O X Congresso é

uma nova afirmação de que o Partido é uma força indispensável para uma alternativa democrática e para fazer sair o País da crise e para resolver os graves problemas nacionais. É com o PCP que continuará Portugal de Abril. -

Álvaro Cunhal

Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão de abertura do X Congresso do PCP

Camaradas:

Passaram 4 anos e meio desde a realização do nosso IX Congresso. O que caracteriza no fundamental a evolução da situação desde 1979?

No que respeita à situação internacional, verificam-se por um lado, novos êxitos dos trabalhadores e dos povos do mundo no processo, embora irregular, de libertação da humanidade da exploração e opressão imperialista. Por outro lado, e como característica fundamental da hora presente, verifica-se a deterioração da situação internacional devida à política de intervenção, agressão e cruzada anticomunista conduzida pelo imperialismo, designadamente pelo imperialismo norte-americano. Com a instalação na Europa dos novos mísseis nucleares americanos apontados à URSS e outros países socialistas, atinge-se um perigosíssimo ponto de tensão e corrida aos armamentos que faz pesar sobre o mundo inteiro o perigo da hecatombe de uma guerra nuclear.

No que respeita à evolução da situação nacional, nestes 4 anos, ela é caracterizada por alguns aspectos fundamentais:

1.º O prosseguimento do processo contra-revolucionário visando a liquidação das conquistas democráticas do nosso povo e a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários.

2.º O aprofundamento da crise que adquire aspectos de verdadeiro desastre para as condições de vida do povo, para a economia e para a independência do país.

3.º A luta vigorosa e confiante dos trabalhadores e das massas populares, defendendo palmo a palmo as conquistas de Abril e inflingindo sérias derrotas a sucessivos planos subversivos e golpistas da reacção.

4.º O reforço constante do nosso Partido, que desempenha um papel decisivo na defesa da democracia e das suas conquistas.

5.º E finalmente a situação no presente momento, em que por um lado, o Governo PS/PSD prossegue e agrava a política da «AD» e, por outro lado, a conjugação de factores económicos, sociais e políticos permite confiar que, tal como o Governo «AD» fracassou, também o Governo PS/PSD fracassará. Realizamos pois este X Congresso numa situação internacional e numa situação nacional particularmente complexas e perigosas.

Mas realizamo-lo também cientes da força da liberdade, da democracia, do socialismo, da independência nacional e da paz — no nosso país e no Mundo.

O X Congresso não se realiza apenas para verificar e explicar a situação existente. Realiza-se para que o PCP melhor possa contribuir para transformá-la.

Contribuir para que seja salvaguardada a paz mundial.

E contribuir para que em Portugal a reacção seja derrotada, triunfe o povo e a pátria portuguesa, triunfe Portugal de Abril.

Nesta minha intervenção serão abordados, de forma resumida, os pontos principais tratados nas «Teses» apresentadas pelo Comité Central para debate no Partido. Em rigor, são as «Teses» e não esta minha intervenção o verdadeiro relatório do Comité. Foram introduzidas nas Teses muitas centenas de alterações propostas pelos militantes. Esta intervenção é pois feita tendo já em consideração resultados do debate realizado.

I A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A evolução da sociedade humana no sentido da derrota e desaparecimento final do capitalismo, da libertação dos trabalhadores e dos povos de todas as formas de exploração e opressão, da construção duma sociedade sem explorados e exploradores, a sociedade socialista, é um processo irreversível.

As dificuldades, os insucessos, as derrotas e os erros na luta revolucionária dos povos e na construção da nova sociedade, não alteram esta confiante visão inteiramente comprovada desde a Revolução de Outubro por novas revoluções socialistas vitoriosas, pelas realizações dos países socialistas, pela libertação e conquista da independência nacional por muitas dezenas de povos subjugados durante séculos pelo colonialismo, por revoluções democráticas progressistas, pela intensificação da luta revolucionária em países sujeitos a ditaduras fascistas, pela intervenção crescente da classe operária e das massas populares na solução dos seus próprios problemas.

A valorização das vitórias e realizações das forças revolucionárias não nos deve porém impedir de considerar, com apreensão, o agravamento da situação internacional provocado pela política de opressão e de guerra do imperialismo norte-americano que, passando à ofensiva tenta inverter o curso da evolução mundial.

1. O agravamento da situação internacional e a luta pela paz

A ofensiva do imperialismo norte-americano utilizando meios poderosos, desenvolve-se em todas as frentes — económica, financeira, diplomática, ideológica, militar.

Das direcções desta ofensiva interessa entretanto destacar no momento presente.

A primeira é a tentativa do Governo Reagan de romper o equilíbrio estratégico existente e alcançar a superioridade militar sobre a União Soviética e os países socialistas.

Na realização do louco projecto de Reagan a instalação na Europa dos novos mísseis norte-americanos Pershing II e Cruzero, apontados à URSS e outros países socialistas, significa um perigosíssimo passo, que a não ser rapidamente confido e anulado, pode levar o mundo à beira de uma guerra nuclear.

E uma evidência que, tendo decidido o seu plano armamentista, o Governo Reagan não queria negociar. Não queria considerar com o mínimo de seriedade as repetidas propostas e decisões construtivas da União Soviética. Não queria acordar para a paz. Com a cumplicidade de Governos de países da NATO, deu agora o perigoso passo da instalação dos mísseis.

As medidas de resposta tomadas pela URSS e os países do Tratado de Varsóvia não só são completamente legítimas, como tinham de ser consideradas como praticamente inevitáveis.

A segunda direcção da ofensiva do Governo Reagan são as ingerências, as intervenções, as agressões armadas, os crimes mais monstruosos para impedir que os povos construam nos seus países a sociedade conforme com a sua própria vontade e para impor à escala mundial soluções que sirvam os interesses do Imperialismo.

Referindo apenas acontecimentos mais recentes, a guerra de agressão e a ocupação de Granada para impor um governo fantoche, o apoio directo à invasão do Líbano por Israel e a ulterior intervenção militar directa contra as forças democráticas libanesas, a instigação e apoio aos racistas sul-africanos contra Moçambique e Angola e aos actos de agressão contra a Nicarágua, o apoio militar directo a ditaduras terroristas na América Latina (Salvador, Chile, Uruguai), na Ásia (Coreia do Sul, Filipinas), na Europa (Turquia) são a expressão da face odiosa do imperialismo e da natureza agressiva criminosa e terrorista da sua política.

O imperialismo norte-americano está dando perigosos passos que podem conduzir a uma nova guerra mundial. Todas as forças amantes da paz têm de continuar firmemente a luta para impedi-la.

A luta pela paz, indissociável da luta dos povos pela liberdade, a independência nacional, o progresso social e o socialismo, tornou-se uma tarefa central de todos os povos do mundo.

A luta continua para impedir a corrida aos armamentos nucleares, designadamente na Europa; pela anulação da instalação dos mísseis pelo congelamento, redução e eliminação das armas nucleares e outras armas de destruição massiva; pela criação de zonas desnuclearizadas; pela cessação de intervenções e agressões militares.

Em Portugal, é necessário que a luta pela paz continue a desenvolver-se como grande movimento de opinião pública e de massas, e que se desenvolva também através da luta contra a submissão do Governo PS/PSD ao imperialismo norte-americano, e por uma política externa portuguesa verdadeiramente nacional, de relações de amizade e cooperação com todos os povos, de intervenção na arena internacional em defesa do desanuviamento, da coexistência pacífica e da paz.

2. A necessidade de cooperação e unidade de todas as forças anti-imperialistas

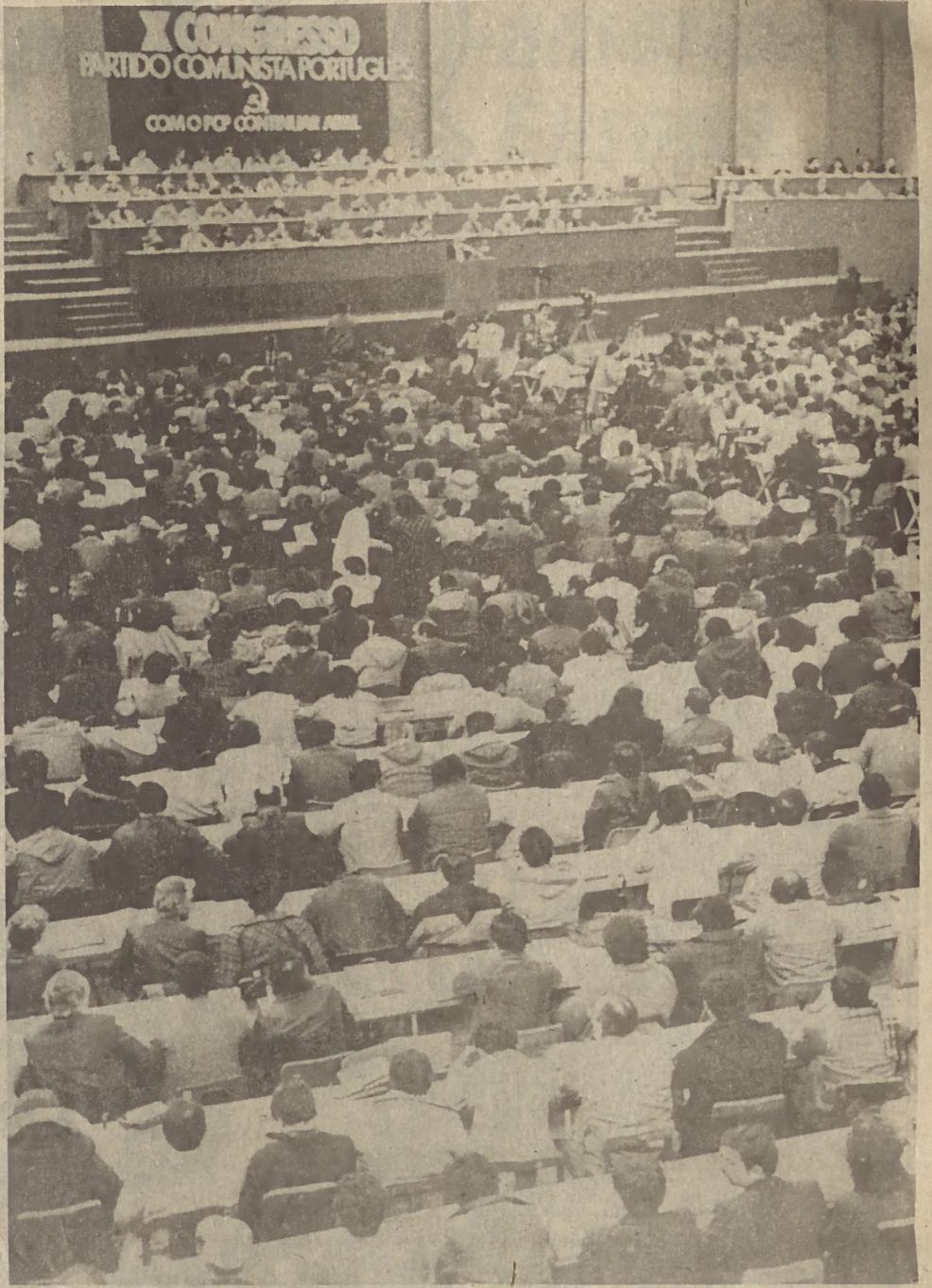
As derrotas históricas sofridas pelo imperialismo, designadamente o norte-americano, nas últimas décadas de anos, mostram que os povos estão em condições de lhe fazer frente com sucesso.

As forças da emancipação dos povos, da liberdade, do progresso social e da paz — países socialistas, movimento operário dos países capitalistas, movimento de libertação nacional, países progressistas — são determinantes da evolução mundial.

A situação exige um esforço geral e concertado para assegurar, nas questões essenciais, a acção comum ou convergente e a solidariedade recíproca destas forças poderosas.

Consideramos um dever sagrado dos países socialistas, de todos os partidos comunistas e operários, de todo o movimento de libertação nacional, de todos os países progressistas, fazerem todos os esforços para superar as suas eventuais contradições e divergências e reforçarem a sua unidade e acção comum.

Falando de Portugal, o Governo PS/PSD ombro com ombro com fascistas e reacccionários de todos os matizes, arruma-se ao lado da política e das iniciativas de agressão e de guerra do imperialismo norte-americano, ao lado de ditaduras



fascistas e reacccionárias, ao lado dos racistas sul-africanos, ao lado de Israel e dos facistas libaneses, ao lado dos traidores à Nicarágua, ao lado dos fantoches anti-angolanos e antimozambicanos, ao lado de todos aqueles que combatem os justos direitos, anseios e lutas dos trabalhadores e dos povos.

Combatendo tal política que sacrifica os interesses portugueses aos interesses do imperialismo, nós comunistas, não ocultamos, pela nossa parte, as forças para quem somos activamente solidários.

Somos solidários para com os trabalhadores, os partidos comunistas e operários, as forças revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas de todos os países.

Somos solidários para com os povos da Namíbia e da África do Sul, os povos da Nicarágua, Salvador e Guatemala, os povos do Brasil, Chile e Uruguai, os povos do Líbano e da Palestina, o povo de Timor-Leste, e de todos os outros povos, que impossível aqui é nomear, em luta contra ditaduras fascistas e reacccionárias, pela independência nacional, contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid.

Somos solidários para com a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique particularmente queridos ao coração dos portugueses.



«A luta pela paz, indissociável da luta dos povos pela liberdade, a independência nacional, o progresso social e o socialismo, tornou-se uma tarefa central de todos os povos do mundo. (...) As derrotas históricas sofridas pelo imperialismo, designadamente o norte-americano, nas últimas dezenas de anos, mostram que os povos estão em condições de lhe fazer frente com sucesso.»

Somos solidários para com a URSS, e os outros países socialistas que dão uma contribuição, em muitos aspectos determinante, para a evolução progressista da humanidade e para a defesa da paz.

Aos nossos convidados neste X Congresso, ao mesmo tempo que agradeço, em nome do Partido, a solidariedade para com a nossa luta que a sua presença traduz, quero também confirmar que podem contar sempre com a amizade, a cooperação e a activa solidariedade do Partido Comunista Português.

As posições do nosso Partido são sólidas e duradouras porque têm como base ideológica o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário.

Os nossos adversários disseram muitas vezes que o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário, os laços de amizade com outros partidos nomeadamente com o Partido

Comunista da União Soviética impediam-nos de podermos vir a ser um grande e influente partido.

Mas a experiência indica-nos que o nosso Partido, mantendo-se firmemente nas suas posições de classe e de princípio, se tornou um grande partido, unido, dinâmico, com grande intervenção na vida nacional e com um apoio activo de massas incomparavelmente superior ao de qualquer outro partido no nosso país.

Sempre considerámos inseparáveis as tarefas nacionais e os deveres internacionalistas, o internacionalismo e o patriotismo.

Firmemente internacionalistas, orgulhamo-nos de constituir em Portugal o partido que mais firme e consequentemente luta contra quaisquer ingerências estrangeiras na política portuguesa, que mais firme e consequentemente luta em defesa dos interesses nacionais, em defesa da integridade, da soberania e da independência nacionais, em defesa da dignidade da pátria portuguesa.

2 A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

Quando alguns anos atrás, desvendando a natureza e objectivos da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, o nosso Partido definiu tal política como uma política contra-revolucionária, levantaram-se vozes indignadas protestando contra tal classificação.

A verdade é que não há outra classificação apropriada para uma política que visa a liquidação das transformações e conquistas democráticas da revolução — conquistas que foram consagradas na Constituição da República Portuguesa aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, como parte integrante do regime democrático.

É de lembrar que a Constituição foi aprovada também com os votos dos partidos que hoje constituem o Governo, partidos cuja actuação desde então não tem sido outra coisa que renegar a própria assinatura, o próprio voto, os próprios programas, as próprias promessas, os próprios juramentos de fidelidade a essa mesma Constituição e a esse mesmo regime democrático, que se instaurou, se moldou, se constituiu apenas porque o nosso povo assim o quis.

1. A revolução portuguesa o regime democrático e os seus objectivos

A revolução democrática portuguesa é uma realidade histórica imperecível. Revolução antifascista, revolução democrática e nacional, revolução militar e popular, revolução de natureza social e política, introduziu profundas transformações nas estruturas socioeconómicas do país e determinou a natureza específica, original, progressista e exaltante do regime criado a partir do heróico levantamento dos capitães do MFA.

Regime que — depois de 48 anos de ditadura fascista — reconheceu a todos os portugueses o direito de falar livremente, de ter e expressar as suas opiniões políticas, de se associar, de se organizar, de se manifestar, de fazer greve, de votar e de ser eleito.

Regime que — com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia, com a Reforma Agrária, com a expropriação de 1 170 000 hectares de terra onde se constituíram 550 UCP's/Cooperativas, com o reconhecimento dos direitos dos rendeiros e dos povos aos baldios, liquidou o poder dos monopólios e dos latifundiários que durante 48 anos de fascismo dominaram toda a vida nacional e criou condições fundamentais para o desenvolvimento económico ao serviço do povo e do país.

Regime que reconheceu a justa luta dos povos até então submetidos ao colonialismo português, que pôs fim à guerra colonial e que deu uma contribuição histórica para que esses povos alcançassem a independência.

Quando hoje alguns dizem que a revolução portuguesa foi uma esperança mas não uma realidade, quando outros dizem que murcharam os cravos de Abril e que a revolução portuguesa morreu, nós contraditamos: embora atingida e ferida, a revolução portuguesa continua bem viva em toda a realidade portuguesa, nas determinantes objectivas da evolução social, nas aspirações e na vontade do povo. O povo quer continuar Abril e Abril vencerá.

Uma verdadeira revolução não se resume a um acto revolucionário, antes constitui um processo, que pode ser mais ou menos demorado, mais ou menos acidentado, mais ou menos irregular, que regista inevitavelmente vitórias e insucessos, mas que mantém a sua natureza e os seus objectivos fundamentais correspondentes às exigências de transformação em determinada etapa da vida de um povo.

Regime que reconheceu a justa luta dos povos até então submetidos ao colonialismo português, que pôs fim à guerra colonial e que deu uma contribuição histórica para que esses povos alcançassem a independência.

Quando hoje alguns dizem que a revolução portuguesa foi uma esperança mas não uma realidade, quando outros dizem que murcharam os cravos de Abril e que a revolução portuguesa morreu, nós contraditamos: embora atingida e ferida, a revolução portuguesa continua bem viva em toda a realidade portuguesa, nas determinantes objectivas da evolução social, nas aspirações e na vontade do povo. O povo quer continuar Abril e Abril vencerá.

Uma verdadeira revolução não se resume a um acto revolucionário, antes constitui um processo, que pode ser mais ou menos demorado, mais ou menos acidentado, mais ou menos irregular, que regista inevitavelmente vitórias e insucessos, mas que mantém a sua natureza e os seus objectivos fundamentais correspondentes às exigências de transformação em determinada etapa da vida de um povo.

2. O Governo PS/PSD no processo contra-revolucionário

O processo contra-revolucionário desenvolveu-se (e continua a desenvolver-se actualmente com o Governo PS/PSD) através de grandes ofensivas com quatro direcções fundamentais.

A primeira é contra as conquistas e direitos dos trabalhadores.

Successivos governos (PS sozinho, PS/CDS, Mota Pinto, «AD»), a par de um constante e brutal aumento dos preços, conduziram uma política sistemática de descida dos salários reais, de congelamento da contratação colectiva, de alargamento dos contratos a prazo, de tetos salariais, de despedimentos sem justa causa, de discriminações para com as mulheres e os jovens, de agravamento do problema da habitação, de encarecimento dos serviços de saúde, de degradação do ensino.

O Governo PS/PSD prossegue e em muitos casos agrava esta ofensiva: Vaga de aumentos de preços a um ritmo que atinge o carácter de provocação política, nova lei dos despedimentos (Lay-off), aumento do desemprego, novas tentativas de imposição de tecto salarial, roubo de grande parte do 13.º mês através de um inconstitucional imposto retroactivo, já também o anúncio do aumento das rendas de casa, e a generalização do não pagamento de salários em atraso que atinge mais de 120 000 trabalhadores e que permite a numerosos capitalistas sem escrúpulos pôr o dinheiro dos salários a render e, à custa da fome dos trabalhadores, obter largas maquiadas dos juros respectivos.

Tal como os Governos anteriores, o Governo PS/PSD, sacrifica à recuperação capitalista não apenas os trabalhadores mas todas as classes e camadas antimonopolistas, as camadas mais desfavorecidas da população, (como reformados e deficientes), os pequenos e médios agricultores e

também os pequenos e médios comerciantes e industriais que muitos esquecem, mas se encontram a braços com as dificuldades da quebra das actividades económicas e do poder de compra da população, com o preço do crédito, com o aumento das rendas comerciais.

A segunda grande ofensiva no processo contra-revolucionário é contra as nacionalizações e outros sectores não capitalistas da economia com vistas à restauração do capital financeiro e dos monopólios.

Al longo dos últimos 7 anos, sucessivos Governos entregaram ao patronato cerca de 1000 empresas cooperativas e em autogestão. Fizeram sucessivas tentativas para abrir inconstitucionalmente ao capital privado a banca e outros sectores



res nacionalizados. Atribuíram aos capitalistas centenas de milhões de contos de indemnizações e entregaram-lhes empresas e participações do Estado. Promoveram a sabotagem económica, o estrangulamento financeiro, a gestão ruinosa, a desanexação e a entrega aos capitalistas de sectores rentáveis das empresas nacionalizadas. Privatizaram funções do Estado de interesse público.

O Governo PS/PSD acelera esta ofensiva. E consegue finalmente a aprovação de uma nova lei inconstitucional de delimitação dos sectores que no imediato abre ao capital privado a banca, os seguros, os adubos e os cimentos.

A terceira grande ofensiva é contra a Reforma Agrária e os direitos alcançados por pequenos e médios agricultores e rendeiros.

A ofensiva contra a Reforma Agrária, é uma das páginas mais negras e vergonhosas da história do nosso país. É uma história de ilegalidades, de decisões arbitrárias, abuso de poder, violências, roubos e crimes, procurando encobrir-se com os métodos mais sórdidos (reservas ilegais, majorações, desanexações, indivisos, falsas pontuações, penhoras, leilões de terras, usurpação de direitos e de bens (Lei da Cortiça), não pagamento das dívidas do Estado, etc.). Ao fim de 7 anos, o processo contra-revolucionário conseguiu roubar às UCP's/Cooperativas mais de 600 000 hectares de terra (incluindo muitas das mais férteis), mais de 200 000 cabeças de gado da quais cerca de 50 000 bovinos, mais de 12 000 máquinas das quais mais de 1700 tractores, construções, instalações, pequenas barragens, searas, colheitadeiras, prados. As empresas agrícolas gigantes nacionalizadas foram de novo entregues aos agrários e os latifúndios foram restaurados em mais de metade das terras que tinham sido expropriadas pela Reforma Agrária.

O Governo PS/PSD continua a ofensiva, com novos roubos de terras apoiados pela GNR e novas medidas de restauração dos latifúndios.

No que respeito aos pequenos e médios agricultores, a política agrícola de sucessivos Governos tem sido de completo sacrifício dos seus interesses e direitos. Liquidação dos direitos alcançados com as Leis do Arrendamento Rural e dos Baldios, aumentos incontroláveis dos preços dos adubos, gás-sóleo, rações e outros factores de produção, preços não compensadores, falta de escoamento dos produtos agrícolas, dificuldades de crédito, multiplicação das taxas de juro, domínio dos circuitos comerciais pelos grandes armazenistas, intermediários e especuladores.

O Governo PS/PSD prossegue esta política que conduziu a agricultura ao descabalo e milhares de pequenos e médios agricultores à ruína.



Os órgãos do Congresso

No início dos trabalhos, os delegados procederam à eleição dos órgãos do Congresso. As propostas apresentadas foram todas aprovadas por unanimidade e aclamação.

Mesa da Presidência

Álvaro Cunhal, Ângelo Velloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Fernando Blauque Teixeira, Jaime Félix, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Casanova, José Vitoriano, Octávio Pato, Raimundo Narciso, Sérgio Vilariques, membros da Comissão

reira, membros do Comité Central.

Alfredo Cardoso, operário industrial, membro da Comissão para o trabalho sindical da Direcção da Organização Regional do Porto; António Manuel Mendes, operário, funcionário do Partido, membro da Comissão Distrital de Évora; António Paiva da Luz, pescador, membro da Comissão Concelhia de Peniche; António Tremoço Brito, operário metalúrgico, membro da Comissão Concelhia da Amadora; Carlos Duarte da Silva, economista, cooperante na República Popular de Angola; Carlos Manuel Fraião, intelectual, membro da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral e do Secretariado da Comissão Distrital de Viseu; Dália Assunção Machado, operária, membro do Secretariado da célula da Covina; Daniel dos Reis Branco, engenheiro técnico, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira; Dionísio Moisés Simões, operário agrícola, membro da Comissão Concelhia da Direcção da Organização Regional de Santarém; Domingos Afonso, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Botas; Elias Pimentel Costa, pequeno agricultor, membro da Comissão Concelhia de Vila Franca do Campo (S. Miguel); Eugénia Amador, funcionária pública, membro da Comissão Concelhia de Sines; Fernando Cid Simões, radiotelegrafista, membro do Executivo do Organismo de Direcção do Sector Público da Organização Regional de Lisboa; Henrique Lemos, operário, membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Porto e do Comité dos Grandes Serviços; Hernâni de Oliveira, operário metalúrgico, membro do Secretariado do Organismo Intermediário do Sector Sindical da Organização Regional de Setúbal; Inês Afonseca, pequena agricultora e caseira, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira; Isaías dos Santos, operário metalúrgico, membro da Comissão Concelhia de S. João da Madeira; Jacinto de Matos, operário agrícola, membro da célula da Cooperativa Agrícola «Unidos Venceremos» de Santiago do Cacém; José Castanheiro, operário, funcionário do Partido, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve; José Eduardo Macedo, empregado, membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Porto e do Comité Local do Porto; José Silva, empregado, funcionário do Partido, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo; José Timóteo, operário, funcionário do Partido, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Porto; José Maria Espada, empregado de balcão, funcionário do Partido, membro da Organização Concelhia de Grândola; Manuel Canasteiro, dispenseiro, membro do Exe-

advogado, membro da Comissão de Autarquias da Direcção da Organização Regional do Porto; António Manuel Mendes, operário, funcionário do Partido, membro da Comissão Distrital de Évora; António Paiva da Luz, pescador, membro da Comissão Concelhia de Peniche; António Tremoço Brito, operário metalúrgico, membro da Comissão Concelhia da Amadora; Carlos Duarte da Silva, economista, cooperante na República Popular de Angola; Carlos Manuel Fraião, intelectual, membro da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral e do Secretariado da Comissão Distrital de Viseu; Dália Assunção Machado, operária, membro do Secretariado da célula da Covina; Daniel dos Reis Branco, engenheiro técnico, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira; Dionísio Moisés Simões, operário agrícola, membro da Comissão Concelhia da Direcção da Organização Regional de Santarém; Domingos Afonso, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Botas; Elias Pimentel Costa, pequeno agricultor, membro da Comissão Concelhia de Vila Franca do Campo (S. Miguel); Eugénia Amador, funcionária pública, membro da Comissão Concelhia de Sines; Fernando Cid Simões, radiotelegrafista, membro do Executivo do Organismo de Direcção do Sector Público da Organização Regional de Lisboa; Henrique Lemos, operário, membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Porto e do Comité dos Grandes Serviços; Hernâni de Oliveira, operário metalúrgico, membro do Secretariado do Organismo Intermediário do Sector Sindical da Organização Regional de Setúbal; Inês Afonseca, pequena agricultora e caseira, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira; Isaías dos Santos, operário metalúrgico, membro da Comissão Concelhia de S. João da Madeira; Jacinto de Matos, operário agrícola, membro da célula da Cooperativa Agrícola «Unidos Venceremos» de Santiago do Cacém; José Castanheiro, operário, funcionário do Partido, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve; José Eduardo Macedo, empregado, membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Porto e do Comité Local do Porto; José Silva, empregado, funcionário do Partido, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo; José Timóteo, operário, funcionário do Partido, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Porto; José Maria Espada, empregado de balcão, funcionário do Partido, membro da Organização Concelhia de Grândola; Manuel Canasteiro, dispenseiro, membro do Exe-

cutivo da Comissão Concelhia do Montijo; Manuel Martins da Silva, operário metalúrgico, membro do Comité dos Sectores Metalúrgico e Material Eléctrico do Porto; Manuel Marques Valentim, operário têxtil, membro da Comissão de Freguesia de Tortozendo; Manuel Vitorino, operário, membro da Comissão Distrital de Portalegre e da Comissão Concelhia de Campo Maior; Maria da Conceição Ferraz, operária, membro de um organismo de sector sindical da Organização Regional de Lisboa; Maria Olinde Nunes, operária, membro do Secretariado da célula da Central e do Executivo do Organismo de Direcção dos Ollivais do Comité Local de Lisboa; Natália dos Santos Silva, empregada bancária, membro do Secretariado da célula do Banco Nacional Ultramarino; Raul de Jesus Ferreira, operário vidreiro, membro do Organismo Sindical da Organização Regional de Leiria; Rogério Fernandes, professor universitário, membro do Organismo de Direcção da Organização de Professores do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa; Teresa Duarte, estudante do ensino superior, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa; Vítor Fernandes, empregado, funcionário do Partido, membro do Executivo do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Santarém.

Secretariado do Congresso

Albano Nunes, Ângelo Velloso, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Edgar Correia, Fernando Blauque Teixeira, Jorge Araújo, Marília Cabral.

Comissão de Redacção

Álvaro Cunhal, Albano Nunes, Carlos Brito, Carlos Carvalho, Domingos Abrantes, Fernando Blauque Teixeira, Luís Sá, Margarida Tengarrinha, Vítor Dias.

Comissão de Verificação de Mandatos

António Dias Lourenço, Américo Leal, Rosa Dias, Rosa Rabalais.

Comissão Eleitoral

Carlos Costa, Joaquim Gomes, Octávio Pato, Sérgio Vilariques.

Política e do Secretariado do Comité Central.

Agostinho Lopes, António Orcinha, Augusto Carreto, Branca de Carvalho, Carlos Luís Figueira, Domingos Oliveira Dias, Edgar Correia, Ernesto Afonso, Francisco Lancinha, José Augusto Esteves, José Soeiro, José Teodósio Cachochas, Luísa Araújo, Margarida Tengarrinha, Marília Cabral, Moisés Belo Calado, Rosa Dias, Rosa Rabalais, Sofia Fer-

da Comissão Distrital de Beja; Aníbal Fortunato, operador de cabine, membro do Executivo do Secretariado da célula da Siderurgia Nacional; António Alexandre Raposo, professor do ensino primário, membro da Comissão Distrital de Beja; António Joaquim Cardoso, empregado, emigrante em França; António Joaquim Pinto, operário agrícola, membro da comissão concelhia de Montemor-o-Novo; António Macedo Varela,

dos em Lisboa: União Soviética, RDA, Checoslováquia, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Jugoslávia, República Democrática da Coreia, Cabo Verde e Iraque. Cuba, Angola, Moçambique,

Índia, China e Líbia e ainda a França (através do seu cônsul-geral no Porto) estiveram igualmente representadas no Palácio de Cristal por membros dos respectivos corpos diplomáticos.

Convidados

Logo no primeiro dia dos trabalhos, inúmeras organizações e entidades convidadas do PCP estiveram presentes no Palácio de Cristal.

Para além de partidos políticos, como o MDP/CDE e «Os Verdes», e de organizações sociais, como a Associação Portugal-URSS, a URAP e o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), estiveram presentes representantes da Presidência da República.

A Câmara Municipal do Porto e o Movimento para a Reconstrução do Concelho de Vizela contavam-se entre as representações de carácter autárquico.

Igualmente presentes inúmeros representantes sindicais,

nomeadamente da CGTP-Inter-sindical Nacional, União dos Sindicatos de Lisboa (USL), Federação dos Gráficos, Federação da Hotelaria, União dos Sindicatos de Aveiro, União dos Sindicatos do Porto, Federação dos Têxteis, União dos Sindicatos de Braga, Federação dos Ferroviários, Federação da Função Pública, Federação dos Rodoviários, Sindicato das Telecomunicações, Federação da Construção Civil, Federação do Comércio, Federação da Indústria Eléctrica, Cintura Industrial de Lisboa (CIL), Secretariado das UCP's de Santarém, Secretariado das UCP's de Évora.

Estiveram também presentes no primeiro dia de trabalhos do X Congresso do PCP os seguintes embaixadores credita-



Na próxima quinta-feira será publicada a edição normal do «Avante!». Para além de notas de reportagem, entrevistas, depoimentos e outro material jornalístico referente ao X Congresso, incluiremos

nessa edição intervenções proferidas durante os trabalhos, assim como outra documentação aprovada. Tal como neste número especial, voltaremos a dar destaque à reportagem fotográfica.

«Quando hoje alguns dizem que a revolução portuguesa foi uma esperança mas não uma realidade quando outros dizem que murcharam os cravos de Abril e que a revolução portuguesa morreu, nós contraditamos: embora atingida e ferida, a revolução portuguesa continua bem viva em toda a realidade portuguesa, nas determinantes objectivas da evolução social, nas aspirações e na vontade do povo. O povo quer continuar Abril e Abril vencerá.»

A quarta grande ofensiva é contra as liberdades e direitos dos trabalhadores. No quadro da democracia política instaurada com a revolução de Abril a reacção é incapaz de restaurar o poder económico e político dos monopólios e latifundiários. A política de recuperação capitalista e latifundista é, na sua própria essência e na sua prática, inseparável da ofensiva contra a democracia política.

O Governo PS/PSD prossegue e acentua esta ofensiva. Na tentativa de assalto, paritização e instrumentalização de todos os órgãos de soberania, das Forças Armadas, dos meios do Estado. Nos atentados contra o poder local democrático. Nas limitações efectivas e anunciadas das liberdades e direitos para o que se anunciam novas leis contra os direitos de greve, de manifestação, de associação e ainda esse revoltante Código de Comportamento dos trabalhadores da Função Pública que constitui, no sentido literal do termo, uma violação dos direitos humanos. Nas campanhas anticomunistas provocatórias nas quais participa como instigador e como porta-voz o senhor Primeiro-Ministro.

Quando, à falta de melhor argumento contra as críticas e propostas do PCP o Primeiro-Ministro retoma, quase nos mesmos termos, as calúnias que durante anos e anos ouvimos nos comunicados da FIDE e na propaganda salazarista — os comunistas como «agentes do estrangeiro», como «agitadores profissionais», como «terroristas» — o melhor comentário que podemos fazer é que, se a dignidade de alguém sai ferida da proclamação impune de tais calúnias, não é certamente a dignidade dos comunistas (porque não são tão baixas calúnias que os podem atingir) mas a dignidade de quem desce à baixeza de proferi-las.

A ofensiva contra as liberdades e direitos dos cidadãos prossegue também nas medidas directamente repressivas. No reforço considerável dos corpos especiais de repressão, na criação de uma Polícia de Informações políticas, no projecto de uma lei de Segurança Interna e na multiplicação de violentas acções repressivas contra os trabalhadores (Lisnave, Marinha Grande), contra os agricultores (Lezíria do Tejo), contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

Nos combates a política da bastonada. Mas se insistem que as questões se resolvem à bastonada, então melhor seria que em vez de espancar, ferir, humilhar os trabalhadores que exigem lhes sejam entregues terras e bens que lhes foram roubados ou que lhes sejam pagos salários em atraso de meses, o Governo mandasse a Polícia de Intervenção intervir para obrigar os agrários a entregar as terras que detêm ilegalmente e obrigar os patrões a pagar os milhões de contos que devem aos trabalhadores.

É uma verdade indelmentível que o Governo PS/PSD, com uma nova composição partidária, é o continuador, da política reaccionária dos últimos anos e mais concretamente do Governo «AD». Em todos os seus objectivos e em todos os seus aspectos fundamentais.

Até também na mentira, na demagogia, na provocação, na falta de decoro, e na corrupção que, reconhecidamente, toca as próprias bancadas ministeriais.

3. Vitórias sobre a reacção mantêm de pé as conquistas democráticas

São profundos os golpes assentados nas conquistas da revolução e no regime democrático.

Mas ter-se-ia uma visão deformada da situação actualmente existente e das perspectivas da sua evolução se se concluisse que o processo contra-revolucionário se tem revelado incontível e imbatível.

Os anos decorridos mostram é certo que o povo português

e as instituições não foram até hoje capazes de determinar uma alternativa democrática.

Mas foram capazes de atrasar, limitar e conter ofensivas e de infligir grandes derrotas aos mais ambiciosos planos golpistas das forças reaccionárias.

Desde o 25 de Abril, numa primeira fase, a reacção tentou (em período de fluxo revolucionário) repetidos golpes (Julho e 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março de 1975) e foi derrotada em todos eles. Depois, no 25 de Novembro, entrando num contraditório sistema de alianças, procurou levar o conflito até à instauração de uma nova ditadura, como há dias revelaram declarações de Jaime Neves segundo as quais o que ele pretendia era a prisão dos dirigentes do PCP e a deportação para África de 200 políticos.

A contra-revolução sofreu um profundo golpe com a promulgação da Constituição (que por todos os modos procurou evitar) em 2 de Abril de 1976.

Depois, numa segunda fase (com os Governos PS, PS/CDS e Mota Pinto), a ofensiva contra as conquistas de Abril desenvolveu-se com violência sem formalmente as contestar. Foi a fase da contra-revolução legislativa. O povo português interrompeu esse processo com a luta que conduziu ao fracasso da política do PS e ao seu afastamento do Governo.

Numa terceira fase (com o Governo «AD» de Sá Carneiro) foi lançado um ambicioso plano subversivo e golpista que deveria culminar com a conquista completa do poder.

O povo português e as forças democráticas interromperam esse processo derrotando, nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980, o candidato fascista general Soares Carneiro apresentado pela «AD» e apoiado mais que indirectamente por Mário Soares.

Numa quarta fase (com o Governo «AD» Balsemão/Freitas do Amaral) desenvolveu-se, de novo com o colaboracionismo do secretário-geral do PS, num novo plano subversivo e golpista em torno da revisão da Constituição e da Lei de Defesa Nacional. Dissolvido o Conselho da Revolução, drasticamente diminuídos os poderes do Presidente da República, atribuídas ao ministro da Defesa competências militares determinantes, deveria culminar com o afastamento dos militares de Abril e a restauração duma hierarquia fascizante, o assalto às Forças Armadas e a sua ulterior utilização contra o povo e contra o regime democrático.

O povo português e as forças democráticas interromperam esse plano provocando a derrota da «AD», a demissão do Governo de Balsemão/Freitas do Amaral em fins de 1982, a dissolução da Assembleia da República onde a «AD» tinha maioria e a realização de eleições antecipadas que reduziram os partidos da «AD» a uma minoria.

E, se então a alternativa se não verificou, apesar da eleição de uma maioria de deputados comunistas e socialistas, é porque uma vez mais, como ao longo de todo o processo desde 25 de Abril, o secretário-geral do PS estendeu a mão salvadora à reacção derrotada e se aliou com ela para continuar a mesma política.

Assim o Governo PS/PSD insere-se numa quinta fase do processo contra-revolucionário como seu agente e instrumento.

A ofensiva continua contra as conquistas de Abril. Mas atingidas, feridas, diminuídas, ameaçadas, as conquistas de Abril continuam de pé.

O povo português continua exercendo as liberdades e direitos consagrados na Constituição. Até hoje a reacção não teve força para reprivatizar uma só empresa directamente nacionalizada. Na zona marítima da Reforma Agrária, continuam de pé 350 UCP's/Cooperativas, com mais de 500 000 hectares e os trabalhadores não afluxam a defesa da mais bela conquista da revolução, continuando a sua luta heróica e continuando o seu trabalho produtivo e criador para seu próprio bem e para o bem da agricultura e da economia nacional.

O Governo PS/PSD continua a política da «AD». Fracassará como a «AD» fracassou. Balsemão/Freitas do Amaral acabaram por ser demitidos. A mesma sorte espera Mário Soares/Mota Pinto.

3 O POVO NA DEFESA DE PORTUGAL DE ABRIL

As históricas transformações democráticas da revolução portuguesa e a resistência heróica ao processo contra-revolucionário, constituem uma extraordinária experiência da energia, da força, da capacidade da classe operária e das massas populares para transformar a sociedade e para defender as conquistas democráticas, mesmo contra os órgãos do poder.

A força central e decisiva na resistência à reacção, na defesa das conquistas democráticas, na derrota da «AD» foi a luta de massas.

Estes anos confirmaram que a luta de massas intervém na evolução social como factor determinante.

1. A classe operária, as massas populares e a sua luta a grande força da democracia

Nos anos decorridos desde o IX Congresso, a luta da classe operária e das massas populares atingiram extraordinária amplitude, e um nível superior de organização e de unidade.

As manifestações, as concentrações, os desfiles, as marchas, as grevas, as movimentações exigindo a demissão do Governo «AD», as campanhas eleitorais de massas do PCP e da APU, outras grandes iniciativas, constituíram uma verdadeira torrente de determinação e vontade, num ascenso exaltante da luta operária e popular.

A classe operária confirmou, com a sua destacada e decisiva acção, o seu papel de vanguarda na luta de todas as classes e camadas antimonopolistas.

O aumento considerável do número de empresas em luta, a determinação e combatividade reveladas, a duração cada vez maior, a coordenação e o suporte cada vez mais vasto das lutas operárias, as importantes vitórias parciais alcançadas, as grandes, prolongadas e heróicas lutas em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária — páginas imorredouras da história da luta do povo português pela sua libertação — as duas extraordinárias greves gerias de 12 de Fevereiro e 11 de Maio de 1982, com o objectivo central e mobilizador da demissão do Governo «AD» marcaram um dos mais altos momentos na história da luta da classe operária portuguesa.

Por seu lado a atitude social e política do campesinato nestes anos caracterizou-se por uma crescente tomada de consciência dos seus objectivos, das origens das suas dificuldades, da responsabilidade dos Governos, e, em consequência, pela entrada na luta social e política de vastos sectores do campesinato.

Desde a realização do IX Congresso verificou-se um vigoroso ascenso das lutas dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, o seu alargamento a praticamente todos os distritos do país a participação nas lutas de muitos milhares de agricultores e de centenas de organizações da Lavoura, sem quaisquer distinções e discriminações políticas dos participantes, nítidos progressos da unidade, da coordenação e da organização.

Desenvolvendo-se em torno de problemas concretos, as lutas dirigiram-se também contra a política do Governo e contra o próprio Governo.

Embora esta evolução se não tenha traduzido ainda numa nítida deslocação eleitoral do campesinato — as lutas dos pequenos e médios agricultores tocaram uma parte essencial no poder da base de apoio das forças reaccionárias e contribuíram seriamente para a sua derrota.

Os intelectuais e quadros técnicos desenvolveram lutas intensas e diversificadas tanto com os objectivos gerais da luta do povo português como por interesses sócio-profissionais e em defesa das conquistas democráticas na educa-

ção, no ensino, na saúde, na comunicação social, na cultura, na ciência e na técnica.

As mulheres, ao mesmo tempo que desenvolveram as mais diversas acções em defesa dos interesses específicos, ocuparam importante lugar em todas as formas de luta com objectivos económicos e políticos, em todas as grandes e pequenas batalhas, na defesa da Reforma Agrária, em que as mulheres deram exemplos heróicos.

A juventude trabalhadora e estudantil teve igualmente uma intensa participação no movimento operário, popular de democrático ao mesmo tempo que travou uma incessante batalha na defesa dos seus interesses e direitos específicos.

No período decorrido desde o IX Congresso, verificou-se uma maior participação e uma maior diversificação dos objectivos e, das formas de organização e acção das massas juvenis.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais passaram neste período de acções esporádicas para um verdadeiro movimento organizado com expressão nacional.

Os reformados e idosos participaram e desenvolveram numerosas acções (como a extraordinária Marcha da Fome de Outubro de 1983) em defesa dos seus direitos próprios.

Os deficientes realizaram Congressos, Encontros Nacionais e numerosas iniciativas no Ano Internacional do Deficiente.

Populações inteiras, por todo o país desencadearam centenas de vigorosas acções de protesto e reclamação em torno de problemas graves que as afectam.

A luta pela Paz atingiu também um nível mais elevado, em que, com larga participação das mulheres, dos jovens, dos intelectuais se destacam grandiosas manifestações, marchas, campanhas, plenários, Encontros e Assembleias, sessões, iniciativas culturais e o apoio a grandes iniciativas internacionais organizadas em Portugal.

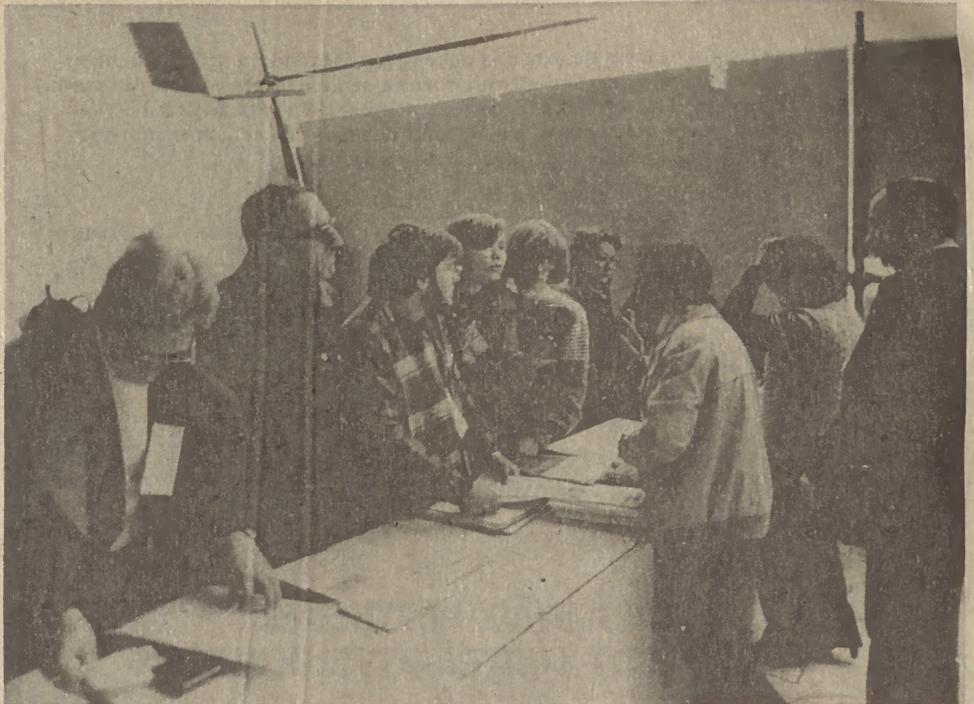
Todas estas lutas e movimentos, dos quais as lutas dos trabalhadores foram a força exemplar e impulsionadora, constituíram o principal obstáculo ao avanço do processo contra-revolucionário e tiveram papel determinante na defesa de interesses fundamentais do povo, das conquistas de Abril, da Constituição e do regime democrático e na derrota da «AD» e dos seus planos golpistas.

2. As batalhas eleitorais e a acção na Assembleia da República e nas Autarquias

As eleições realizadas desde o IX Congresso — eleições presidenciais, três eleições para a Assembleia da República, das quais duas antecipadas, duas eleições para as autarquias, e ainda eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e Madeira — pelos seus resultados, pelos seus efeitos imediatos e pelas suas repercussões a mais longo prazo, tiveram importante influência na situação política nacional.

Apesar dessas condições antidemocráticas, desiguais, discriminatórias e desvantajosas em que se têm realizado as eleições, o nosso Partido tem empenhado os seus esforços nas batalhas eleitorais e os resultados alcançados pesam na situação política nacional como importante factor de defesa da democracia.

O facto de, nas condições de plena ofensiva da reacção, de desenvolvimento do processo contra-revolucionário, de avanço de planos golpistas, de gigantescas campanhas anticomunistas, o nosso Partido e a APU (aliança com o MDP que daqui amistosamente saudamos) dispõem de um eleitorado firme, combativo e estável de mais de 1 milhão de eleitores correspondendo a uma percentagem que se situa entre 16,9 e



Serviços Técnicos e de apoio Números impressionantes na ordem dos muitos milhares

Realizações políticas de grande envergadura, como um Congresso do Partido, exigem sempre a concretização de importantes tarefas de apoio, sem as quais o bom andamento dos trabalhos nunca seria possível.

No X Congresso do Partido Comunista Português, assembleia participada e vivida directamente por milhares de pessoas, esse conjunto de tarefas de apoio técnico, integradas em vários serviços e equipas de trabalho, assumiu naturalmente um papel destacado, aliás reconhecido pelo próprio Congresso.

Foram milhares de horas dispendidas nessas tarefas. Foram largas dezenas de camaradas, homens e mulheres e jovens — essencialmente da zona do Grande Porto — que, voluntariamente, com dedicação e acentuado espírito militante, deram o melhor do seu esforço para que os múltiplos serviços de apoio ao Congresso resultassem nos seus objectivos fundamentais.

E podemos mesmo sublinhar que o êxito da grande assembleia no Palácio de Cristal teve, nesse intenso trabalho de apoio, um dos seus alicerces. Trabalho realizado durante vários dias. Trabalho que decorreu muitas vezes nos «bastiões» e de que talvez nem todos os participantes no Congresso dele se tenham apercebido totalmente.

Chegar à sala e ter tudo preparado à sua volta (mesas limpas, zona alcatifada da tribuna devidamente aspirada, cestos despejados, etc). Ter ao dispor todos os materiais escritos (intervenção e outra documentação). Usar o serviço de refeições. Pedir qualquer coisa para uma dor de barriga, no posto médico. Tudo isto significa trabalho e apoio ao Congresso e aos seus participantes. Isto e muito mais, num balanço que, de momento é difícil

pormenorizar, mas para o qual temos já alguns elementos significativos.

Um milhão e meio de folhas

A começar por «baixo» — isto é, descendo às caves do Palácio de Cristal — o repórter encontrou, sempre em grande quantidade, os serviços técnicos de reprodução de documentos.

Ai funcionaram várias secções, nomeadamente a dactilografia e revisão (20 camaradas), economato (4), acabamentos (30), coordenação geral/registo (10), impressão (15) e gravação/montagem (5).

A partir de 250 documentos (a maior parte intervenções apresentadas ao Congresso) foram reproduzidas nestes quatro dias de trabalho qualquer coisa como um milhão e 500 mil folhas, não entrando nestes números a intervenção do camarada Álvaro Cunhal e

o documento da Resolução Política, o que, ampliou muito mais o número apontado.

Estes serviços reproduziram todos os documentos e intervenções do Congresso, umas na íntegra outras resumidas.

O resumo das comunicações foi um trabalho executado por outra equipa de quatro camaradas a tempo inteiro.

Vinte toneladas de produtos alimentares mil refeições e duas de cada vez

Uma senha de 150 escudos, adquirida aos camaradas dos serviços de apoio pelos delegados, era o suficiente para se ter direito a uma refeição completa: conduto, sopa, pão, fruta, bebida (cerveja, sumo ou vinho). A ementa para os quatro dias foi variada: do bife panado aos filetes, do arroz de lulas às tradicionais tripas à moda do Porto.

Ao todo, foram servidos muitos milhares de refeições, a uma média de duas mil de cada vez.

Na cozinha, que funcionou com vinte bicos de fogão a gás, trabalharam 25 camaradas e nos restantes serviços do «restaurante» mais 60.

O camarada Macedo, que acompanhou o trabalho no pavilhão azul, e concretamente as tarefas de planeamento e compras para o «restaurante» dos delegados, revelou-nos números verdadeiramente impressionantes. Por exemplo: no conjunto dos bares de apoio e para delegados e convidados e do restaurante do pavilhão azul o Congresso «consumiu» cerca de 53 500 pães. Só no restaurante dos delegados, foram necessários à volta de 14 mil para as sete refeições ali servidas, onde foram consumidas também toneladas e meia de carne e outra tonelada e meia de arroz! Quanto a bebidas, o armazém recebeu 500 grades de cerveja de tamanho médio, 300 de tipo «mini», 500 de sumos e outras 500 de águas. Vinho (verde e tinto) — foram 1650 grades.

Não contando com as bebidas, deslocaram-se para o Congresso 20 toneladas de produtos alimentares. É obra!

Já no exterior do pavilhão, tomando como exemplo a cafeteria, no segundo dia do Congresso, só até às 11 e 30 da manhã foram tirados 400 cafés.

No posto de venda de tabaco, só no primeiro dia do Congresso houve uma receita de 40 mil escudos. No segundo dia, apenas até às 11 e 30, já havia 18 contos em caixa.

Nesse mesmo período, nos balcões de venda da Imprensa e livros, venderam-se 450 ex-



«As históricas transformações democráticas da revolução portuguesa e a resistência heróica ao processo contra-revolucionário, constituem uma extraordinária experiência da energia, da força, da capacidade da classe operária e das massas populares para transformar a sociedade e para defender as conquistas democráticas, mesmo contra os órgãos do Poder.»

21%; a representação parlamentar alcançada (40 deputados PCP, 3 MDP, 1 dos Verdes em 1983); o reforço progressivo das posições nas Autarquias, nas quais, pelas últimas eleições a APU alcançou a Presidência de 55 Câmaras Municipais e de 335 Juntas de Freguesia abrangendo cerca de um terço do território nacional, e a maioria absoluta respectivamente em 48 e 240 constituem factores de transcendente importância para a defesa do regime.

Nas eleições para a Assembleia da República de 1979 e 1980, os resultados do PCP e da APU ante a derrocada do PS constituíram sério obstáculo ao avanço contra-revolucionário.

Nas eleições presidenciais de 1980, o PCP deu também, com a sua tática flexível, uma contribuição determinante para a derrota do candidato da «AD», Soares Carneiro.

Nas eleições para a Assembleia da República de 1983, o PCP e a APU deram uma contribuição decisiva para a derrota da «AD».

Nas eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, o avanço embora modesto, do PCP e da APU marca, em terras dominadas pela reacção, a consciência dos direitos populares e a determinação de luta pelo triunfo dos ideais libertadores do 25 de Abril.

Os eleitos do PCP, têm cumprido as suas promessas ao eleitorado e têm mostrado pela sua acção, ser dignos da confiança que os eleitores neles depositaram.

Na Assembleia da República, em conjugação estreita com a luta política geral e a movimentação de massas, o Grupo Parlamentar do PCP bateu-se firmemente contra a revisão inconstitucional da Constituição realizada em conjunto pela «AD» e M. Soares, contra projectos de lei antipopulares e antidemocráticas e apresentou numerosos projectos de lei com vistas a solucionar graves problemas do povo e do país.

Na Assembleia da República mostrou-se entre outras coisas, quais são os partidos fiéis à palavra dada, e quais são os partidos que prometem ao povo uma coisa e, uma vez obtidos os votos, fazem outra.

O que pode pensar o povo de Vizela? Sejam quais forem as suas opções políticas, os vizelenses sabem desde agora que no PSD e no CDS têm inimigos das suas aspirações, no PS têm o renegar de promessas e de palavras, e apenas no PCP e nos eleitos do PCP têm o cumprimento nos actos das posições assumidas para a criação do concelho.

E quanto às mulheres? Sejam quais forem as suas opções políticas, sabem também que o PCP é o único grande partido que com os seus projectos de lei sobre a protecção à maternidade, o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez, actua com coerência e fidelidade à sua palavra para pôr fim à tragédia de 200 000 abortos clandestinos anuais para que os direitos da mulher e da criança sejam assegurados.

Nas Autarquias, o trabalho realizado pelos eleitos do PCP e da APU, inspirado pela dedicação, a seriedade, a capacidade, o empenhamento, apresenta um balanço notável de realizações: abastecimento de água, esgotos, recolha de lixo, construção e reparação de estradas, caminhos, habitações e escolas, electrificação, instalações desportivas, parques infantis, creches, infantários, centros de saúde e para reformados, balneários, jardins, lavadouros, abrigos.

Os eleitos comunistas são-no para servir. Não beneficiam economicamente pelo facto de serem eleitos.

Como é sabido os deputados comunistas entregam ao Partido a diferença entre o que recebem como deputados e o que recebiam nas suas actividades antes de serem eleitos: em 1982 15 000 contos e em 1983, já ultrapassa esta soma.

Nas Autarquias, a Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD), pela mesma razão, centraliza importantes verbas que aplica integralmente na solução de problemas das populações. Ainda recentemente, quando das inundações na região de Lisboa, dispôs de 1500 contos para auxílio aos sinistrados.

3. A contribuição directa do povo para a solução dos problemas

É característica do país real, do Portugal de Abril, que a luta e a intervenção na vida nacional do PCP, dos trabalhadores, do povo, não se limita a opor-se a uma política nefasta e a lutar por uma política democrática, mas a actuar directamente, de forma construtiva e eficaz, para a solução dos problemas.

O regime democrático e as suas conquistas defendem-se com a acção política, com a luta de massas, mas defendem-se também com o trabalho.

Ao mesmo tempo que sucessivos Governos, lançados contra as conquistas da revolução levam a cabo uma obra de destruição das empresas nacionalizadas e da economia nacional, os trabalhadores das empresas nacionalizadas — intervindo para o aumento da produção e da produtividade, para a celebração na execução das encomendas, para impedir gestões ruinosas, para se encontrarem verdadeiras soluções de reestruturação e rentabilidade — dão o seu melhor esforço para que as dificuldades sejam vencidas e uma actividade regular seja assegurada.

Na Reforma Agrária, trabalhando para assegurar a produção e o aumento da produtividade ordenando e intensificando as culturas, aumentando a densidade pecuária, debatendo colectivamente todas as questões relativas à produção nas grandes realizações que são as Conferências da Reforma Agrária e nos Encontros das Culturas de Primavera e Outono — os trabalhadores dão heróica contribuição, não apenas para a defesa da Reforma Agrária, mas também para a defesa da agricultura, da economia nacional, do regime democrático.

As organizações do movimento operário e as organizações e estruturas populares — Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Comissões de Base de Saúde, Cooperativas, Colectividades, Associações diversas — resolvem também numerosos problemas económicos, sociais, culturais, artísticos e desportivos que os Governos não só se mostram completamente incapazes de resolver como constantemente agravam com a sua política.

Semelhante contribuição dão os intelectuais, os quadros técnicos e os jornalistas, na esfera da ciência, do ensino, das letras, das artes, da comunicação social.

É um traço típico da realidade portuguesa que, enquanto o Governo prossegue a política de agravamento da crise, de miséria e destruição, o povo trabalha para salvar a economia.

É um traço típico da realidade portuguesa que, paralelamente às lutas de massas, trabalhar, produzir, resolver directamente problemas do povo e do país, constituem uma forma de luta contra a política de Governos reaccionários e em defesa da democracia. Trata-se de um fenómeno revelador da extraordinária riqueza da vida social e política portuguesa, do país real criado pela revolução de Abril, que 7 anos de processo contra-revolucionário não conseguiram destruir.

A imensa contribuição que os trabalhadores e as massas populares têm dado directamente, nas condições mais difíceis, para assegurar a produção, a melhoria de serviços, a solução dos mais graves problemas nacionais, sectoriais e locais, constitui uma inabalável demonstração de que os problemas nacionais só podem ser resolvidos com os trabalhadores, com o povo — com o seu trabalho, com o seu espírito criativo, com o seu empenhamento voluntário e consciente.

4 A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA CAUSA DA CRISE E CAMINHO DO DESASTRE

Todas as grandes ofensivas contra as conquistas democráticas do povo português têm sido conduzidas sob a bandeira da «recuperação económica». A evolução da situação aí está para mostrar que, precisamente ao contrário do proclamado, a recuperação capitalista não tem significado a recuperação económica do país, mas a degradação progressiva da situação económica e financeira e o agravamento e aprofundamento da crise.

A causa principal da crise profunda em que vivemos não é a crise económica e financeira internacional, embora a nossa economia se ressinta naturalmente dos seus efeitos.

A principal causa da crise em que vivemos não são as nacionalizações, a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores, como propagandeiaram os arautos do processo contra-revolucionário, mas precisamente a guerra que é movida contra essas grandes conquistas democráticas.

1. Uma cruzada de centralização forçada

O Comité Central chegou nesta matéria a algumas conclusões de transcendente importância.

Tem significativo alcance, não apenas no campo da economia e da política, mas também no campo teórico, a conclusão de que os partidos governantes, incapazes de assegurar a restauração monopolista no quadro constitucional e através de medidas de efectiva recuperação económica, passaram a adoptar, como linha de força da sua chamada política económica e financeira, a centralização rápida, brutal e ilícita nas mãos do grande capital — através da intervenção política e coerciva do Estado — não só da mais-valia criada nos sectores privados, e nem mesmo só da mais-valia criada em todo o país, mas também dos capitais disponíveis, das empresas nacionalizadas, das participações, bens e recursos do Estado, das terras e bens das cooperativas da Reforma Agrária.

Trata-se de uma cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, com a transferência brutal para as mãos dos grandes capitalistas da propriedade de meios de produção e de capitais.

Na sua direcção fundamental (conclui o Comité Central) esta cruzada sobrepõe-se às leis económicas, incluindo as da economia capitalista.

Como, no debate das Teses, alguns camaradas levantaram reservas a esta última conclusão, interessa uma referência um pouco mais precisa.

São leis da economia capitalista que a acumulação se verifica pela junção ao capital de uma parte da mais-valia que vai sendo criada, e que o lucro é alcançado, não só com a intensificação do trabalho, mas com os investimentos, o aperfeiçoamento técnico, a elevação da composição orgânica do capital e o aumento da produtividade.

Mas, na acumulação que se está a operar com a política de recuperação capitalista, é reduzida e secundária a parte da mais-valia que vai sendo criada, não pesam os investimentos nem a produtividade, a reprodução simples sobrepõe-se à reprodução alargada, e a acumulação do capital está a verificar-se fundamentalmente através da centralização nas mãos do grande capital, de meios de produção, de capitais, bens e recursos espoliados e transferidos pela imposição coerciva do Estado.

É também lei da economia capitalista que a concorrência conduz à concentração e a concentração ao monopólio.

Mas, em vez de «concorrência concorrencial» que inicialmente se dizia caracterizar a política de recuperação capitalista, assistimos à sabotagem efectiva da concorrência, à gestão ruínosa intencional, à destruição de empresas nacionalizadas e a um processo de acumulação do capital e de restauração dos monopólios (assim como dos latifúndios) assente fundamentalmente na espoliação coerciva dos meios de produção e da

terra aos pequenos empresários, aos camponeses, ao próprio Estado, às unidades colectivas, às cooperativas, às empresas em autogestão.

Dai a importância da conclusão do Comité Central segundo a qual essa intervenção coerciva do Estado, essa cruzada de centralização forçada se sobrepõe às leis económicas, contraria e impede a dinâmica produtiva, acentua os desequilíbrios e estrangulamentos na economia portuguesa, provoca a desorganização, o descalabro e a recessão do processo de produção e a anarquia no processo de realização (venda dos produtos) e acentua a dependência externa.

Torna-se inteiramente claro como o objectivo político de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e de restauração monopolista, sacrifica inteiramente a recuperação económica do país, e é a causa fundamental da crise económica e financeira que Portugal atravessa.

2. Destruição da economia, caminho do desastre

Qual o resultado destrutivo dessa política nas empresas nacionalizadas que constituem, como se sabe, os sectores básicos da nossa economia?

É a delapidação dos bens e do património com vendas ao desbarato, a alienação de empresas rentáveis e de participações, o desmantelamento de sectores, o desbarato de investimentos, a retração da actividade produtiva, o esvaziamento das capacidades, o cancelamento de encomendas, a descapitalização das empresas e a asfixia financeira, e a transferência para o estrangeiro das mais-valias sob a forma de juros de empréstimos.

São importantes empresas, cheias de potencialidades, declaradas em «situação económica difícil», a diminuição drástica das actividades, a paralisação e o encerramento de muitas outras.

É o abandono com prejuízos imensos dos grandes e promissores projectos nacionais.

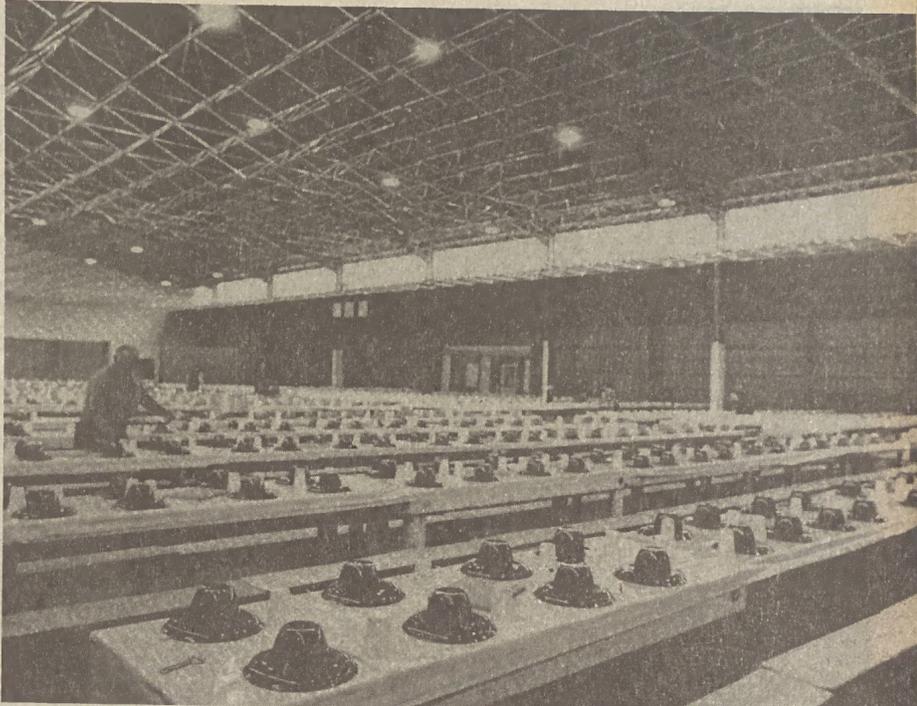
É também os despedimentos em massa, a par do regabofe dos gastos sumptuosos, das viagens ao estrangeiro, da utilização privada dos bens e meios das empresas, da corrupção, das fraudes, do abandono em progressão crescente.

Os efeitos destrutivos de tal política aparecem nos dados globais: baixa da taxa de crescimento da produção da indústria transformadora (mais de 6% em 1979 e 1980, apenas 1,4% nos primeiros cinco meses de 1983); baixa da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF) (3,7% em 1982 contra 9% em 1980); degradação da frota de pesca e diminuição das capturas; redução da frota mercante e agravamento do afretamento ao estrangeiro; estrangulamento financeiro de todos os sectores dos transportes.

Na agricultura as consequências não são menos desastrosas. O produto agrícola bruto (PAB) desceu (em preços constantes) de 89,6 milhões de contos em 1977 para 64 milhões em 1981. A baixa de produção dos produtos essenciais (cereais praganosos, batata, tomate, azeite, fruta) é quase geral. Degrada-se o efectivo pecuário. Milhares de pequenas e médias explorações agrícolas caem na ruína. Na Reforma Agrária a ofensiva de restauração latifundista provoca o abandono de terras com centenas de milhares de hectares entregues aos agrários, destrói meios e instrumentos de produção, benfeitórias e colheitas. Os promissores projectos de rega (Alqueva, Baixo Mondego, Cova da Beira, Algarve) são abandonados.

Cada golpe dado nas nacionalizações, na Reforma Agrária, no bem-estar do povo é um golpe dado na indústria, na agricultura, na economia nacional e na independência do país.

As actividades parasitárias — a especulação financeira, a



empreses do «Avante!», que, entretanto, no dia anterior registou grande impacto e interesse por parte dos camaradas presentes no Palácio de Cristal.

Posto médico

Durante os quatro dias do Congresso funcionou um posto médico, que atendeu essencialmente casos ligeiros (más indisposições e dores) e pequenos curativos.

O posto estava equipado com duas marquetas e a equipa que ali prestou serviço era constituída por um médico, uma enfermeira e três camaradas. Em permanência, esteve também uma ambulância da Cruz Vermelha com dois socorristas. Na nave havia equipamento de reanimação e duas camas para descanso.

Apoio à imprensa

Os profissionais da Comunicação Social destacados para a cobertura jornalística do Congresso tiveram todo o apoio dos serviços do Congresso, centralizados num centro de imprensa em que trabalhou mais de uma dezena de camaradas.

Além de exemplares de todos os documentos escritos do Congresso, os jornalistas presentes tiveram ao seu dispor máquinas de escrever, três picadores de telex, dois aparelhos receptores-emissores de telex e telefones. Funcionaram ainda no centro de imprensa um pequeno bar, uma mesa para encomenda de fotos do Congresso (oferta dos serviços), outra de atendimento e credenciação e ainda outra mesa para registo do pedido de entrevistas a participantes estrangeiros no Congresso.

Funcionou ainda o serviço de tradução simultânea para os jornalistas estrangeiros.

Nos três primeiros dias do Congresso, realizaram-se no centro de imprensa breves encontros dum dirigente do Partido com os representantes da Comunicação Social.

A tudo o que aqui já foi muito resumidamente contado, há que acrescentar outras tarefas e serviços prestados por mul-

tos camaradas durante a realização do Congresso. Alguns exemplos: assistência aos delegados vindos de outras regiões do País e seu encaminhamento para casas de camaradas da área do Porto onde pernottaram, informação

sobre transportes colectivos e venda das respectivas senhas pré-compradas, limpeza das instalações, linha telefónica interna, serviços de tradução, apoio às delegações estrangeiras (tarefas que envolveu dezenas de camaradas), venda de

artesanato e artigos regionais etc.

Uma palavra final para a bela decoração da sala do Congresso e para a selecção das composições musicais ou vidas durante os intervalos das sessões do Congresso.

Livros Avante!

a Melhor Oferta de um Comunista

Obras escolhidas de Marx / Engels
Obras escolhidas de Lenine
Biografia de Marx
60 anos de luta
Barranco de Cegos

edições Avante!

«A imensa contribuição que os trabalhadores e as massas populares têm dado directamente, nas condições mais difíceis, para assegurar a produção, a melhoria de serviços, a solução dos mais graves problemas nacionais, sectoriais e locais, constitui uma inabalável demonstração de que os problemas nacionais só podem ser resolvidos com os trabalhadores, com o povo — com o seu trabalho, com o seu espírito criativo, com o seu empenhamento voluntário e consciente.»

especulação fundiária, a especulação imobiliária, a especulação comercial, a especulação cambial, as negociações, a corrupção, a fraude, a fuga de capitais — que proliferam como produto directo do processo de recuperação capitalista — absorvem e consomem grande parte dos recursos nacionais, retiram capitais ao investimento produtivo, espoliam a agricultura de elevada quota do valor nela criado, descapitalizam empresas, desinteressam empresários das actividades económicas regulares e generalizam a prática da sobreprodução e da subfaturação que lesa o país anualmente em muitas dezenas de milhões de contos.

O agravamento das condições de vida do povo, diminuindo em 1982 100 milhões de contos o poder de compra dos assalariados, restringe o mercado interno, contribui para a redução da produção e dos serviços, diminui o volume dos negócios, agrava a crise no comércio, corta-se entre as causas das dificuldades e da falência de milhares de pequenas e médias empresas.

O desemprego, que abrange 400 000 trabalhadores, dos quais mais de 200 000 jovens, atinge a economia em dois aspectos complementares: a imensa força do trabalho paralisada e o consumo necessário para que sobreviva.

Do contrário do que afirma a reacção a causa da crise não está nas nacionalizações, na Reforma Agrária, nos direitos dos trabalhadores, mas na guerra que sucessivos Governos fazem a essas grandes conquistas democráticas.

3. O abismo dos défices e da dívida externa

O aumento monstruoso dos défices da balança comercial e de pagamentos e do montante e dos juros da dívida externa constitui também uma indelével demonstração do que a política de recuperação capitalista é a causa fundamental da crise e conduz o país ao desastre.

O défice da balança comercial, que em 1975 era de 50 milhões de contos, passou para 156 milhões em 1979 (ano do nosso IX Congresso) e 425 milhões em 1982.

Para se avaliar da profundidade da crise em tão importantes sectores da economia portuguesa como são a agricultura e as pescas, pode referir-se que o défice da balança alimentar passou de 30 milhões de contos em 1979 para 66 milhões em 1982, pesando neste défice o aumento das importações de cereais (de 23 para 41 milhões de contos) e de peixe, crustáceos e moluscos (de 3,4 para 14,2 milhões).

A desvalorização do escudo agrava ainda mais os défices das balanças externas. Cada desvalorização do escudo tem representado o agravamento em milhões de contos do défice da balança comercial.

Para responder aos défices externos os Governos da recuperação capitalista têm encontrado um único caminho: o recurso aos empréstimos externos.

As declarações dos Governos, dir-se-ia que contra empréstimos é uma suprema virtude dos governantes e uma vitória para a economia nacional.

Mas quando se contraem sistematicamente empréstimos, não para investimentos, não para acelerar as actividades produtivas em degradação, mas fundamentalmente para pagar dívidas anteriores nos prazos de vencimento, dá-se uma prova esmagadora das consequências desastrosas e quase catastróficas da política de recuperação capitalista.

Em 1975 a dívida externa era de 34 milhões de contos/1.261 milhões de dólares. Desde então, tem subido velozmente. Atingiu em 1982 1.200 milhões de contos/13.500 milhões de dólares. Deverá ultrapassar os 14.500 milhões de dólares em 1983.

Os juros pagos pela dívida externa subiram de 2,3 milhões de contos em 1975 para 110 milhões em 1982. Toda a produção nacional, todos os nossos recursos, são cada vez mais devorados pela dívida externa e os seus encargos. O montante da dívida aproxima-se do total do Produto Nacional Bruto e corresponde a 4 vezes o total das mercadorias exportadas.

Não se pode sair do endividamento produzindo cada vez menos riqueza, adoptando como «política económica» (conforme o têm feito Governos reaccionários e está fazendo o Governo PS/PSD) a recessão industrial e agrícola, as altas taxas de juro, a liberalização das importações, os despedimentos em massa, o abandono dos projectos de desenvolvimento, não poupando significativamente nos consumos dispensáveis, e pedindo cada vez mais dinheiro emprestado não só para pagar

o que se consome, mas para pagar o que anteriormente se pediu e os respectivos juros.

Temos dito e é justo repeti-lo que a dívida externa é um verdadeiro garrote que asfixia cada vez mais a economia portuguesa e que não nos livramos dela, é de não nos livramos da política de recuperação capitalista.

4. A independência nacional diminuída

A política de recuperação capitalista e a crise a que tem conduzido o país traduz-se também na crescente dependência da economia portuguesa em relação ao imperialismo.

Os empréstimos têm sido fundamentalmente obtidos através de acordos com o FMI, em condições que significam uma verdadeira capitulação nacional perante interesses estrangeiros. Não só nesses acordos se aceitam de bom grado o que se chamam as «imposições do FMI» (recessão das actividades produtivas, subida da taxa de juro, liberalização das importações, despedimentos em massa etc.) como se aceita a ingerência e efectivo controlo do FMI na economia portuguesa.

A dependência económica portuguesa acentua-se também pelas facilidades crescentes dadas às multinacionais, pelo aumento da exportação de lucros, pela centralização do nosso comércio externo e da importação de tecnologia num número reduzido de países, e por medidas que desde já acompanham o mil vezes falhado plano de integração no Mercado Comum.

Há anos que ouvimos falar da entrada de Portugal no Mercado Comum como a prioridade das prioridades da política externa portuguesa. Há anos que procuram convencer o nosso povo de que está aí a solução das nossas dificuldades económicas.

Há anos se procura com a integração, não resolver os problemas da nossa economia, mas uma grande operação política que dê novos instrumentos para a liquidação das grandes conquistas da revolução portuguesa, para a restauração do capitalismo monopolista. Há anos que Governos sem qualquer brío nacional pedem, suplicam, pedincham a integração. Há anos que anunciam, uma vez, outra vez, e ainda outra, que está já resolvido e para breve, para já, a integração. E chegaram a Dezembro de 1983 e uma vez mais esse grande barco esburacado e a afundar-se que é o Mercado Comum como bate com a porta na cara do suplicante dr. Mário Soares. Parece assim que já já... já não entra.

Trata-se de uma grande derrota de toda a política económica que tem tomado como condicionante a integração no Mercado Comum. É tempo de dizer basta! a uma tal política. É necessário pôr definitivamente de lado um tal plano que a concretizar-se seria uma verdadeira catástrofe para a nossa economia e a nossa independência nacional.

Mas não é só no plano económico que a política de recuperação capitalista agrava dia a dia a dependência de Portugal. É também no plano político e no plano militar.

No plano político e diplomático, o Governo submete a política externa portuguesa aos interesses e ditames do imperialismo norte-americano e do Governo Reagan, apoiando activamente as suas iniciativas provocatórias e de agressão, de rearmamento, de ameaça nuclear e tornando-se cúmplice dos racistas sul-africanos na sua política de agressão contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.

No plano militar, a crescente dependência da Portugal revela-se com o aumento de instalações em território português, com a intensa participação portuguesa em manobras militares, com a ingerência dos Estados Unidos da NATO na política de quadros das Forças Armadas Portuguesas, com a concordância com a utilização da base das Lages para agências do Médio-Oriente, com a utilização do porto de Lisboa pelos submarinos atómicos americanos portadores de armas atómicas de longo alcance.

A política de recuperação capitalista aparece assim, não apenas como causa fundamental da crise económica e financeira, do caminho do desastre da nossa economia, de agravamento das condições de vida do povo, mas também como causa determinante de novos e mais gravosos laços de dependência em relação ao imperialismo estrangeiro.

Por fim a política de recuperação capitalista e adoptar uma nova política assente na consolidação das grandes conquistas democráticas é essencial não só para fazer o país sair da crise, assegurar o regime democrático e o desenvolvimento económico e o bem-estar do povo mas para assegurar também a independência nacional.

5

EXISTE UMA POLÍTICA ALTERNATIVA

O Governo e os partidos que o compõem proclamam e repetem hora a hora, num verdadeiro bombardeamento de intoxicação ideológica, que não existe alternativa para a política actual, que a política actual é a única possível, que é uma política inevitável e fatal.

A verdade é que, não só (como há muito o PCP demonstra e os factos comprovam) a política actual está inevitavelmente condenada ao fracasso como existe uma política capaz de fazer o País sair da crise, de resolver os grandes problemas nacionais e de assegurar o desenvolvimento da economia portuguesa no quadro da democracia e da independência nacional.

Nas «Teses» propostas pelo CC ao Partido com vistas ao X Congresso, as orientações e as medidas duma alternativa democrática são condensadas em 5 objectivos essenciais:

- 1.º — A estabilidade, a legalidade e a ordem democrática.
- 2.º — A saída da crise e a recuperação económica voltada para o desenvolvimento.
- 3.º — O melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos portugueses.
- 4.º — A garantia das liberdades e direitos dos cidadãos.
- 5.º — A unidade do País, a independência nacional, a segurança e a paz.

É oportuno fazer nesta intervenção um breve resumo.

1. Pressupostos indispensáveis: estabilidade, legalidade, ordem democrática

No que respeita ao 1.º objectivo, o PCP considera que a saída da crise e a solução dos problemas nacionais têm como pressupostos indispensáveis a estabilidade, a legalidade e a ordem democrática.

A estabilidade institucional — que exige a oposição a qualquer nova revisão da Constituição e as leis que ponham em causa os seus princípios, a observância das competências e interdependência dos órgãos de soberania, o funcionamento democrático da Assembleia da República, o aprofundamento da autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira, o reforço do poder local democrático, o respeito pela independência e decisões dos Tribunais, a garantia da não paralização das Forças Armadas e a realização de eleições democráticas.

A estabilidade da organização económica — que exige se ponha cobro a tentativas de alteração dos limites dos sectores e se respeitem, se apoiem e se dinamizem sem discriminações as diversas formações económicas: Sectores e empresas nacionalizadas, empresas capitalistas (designadamente pequenas e médias), pequenas e médias explorações agrícolas, UCP/Cooperativas da Reforma Agrária e empresas cooperativas e em autogestão.

É oportuno confirmar que o nosso Partido lutará pela revogação da lei que admite a formação de bancos privados e empresas privadas em sectores nacionalizados e para que sejam imediatamente nacionalizados aqueles bancos e aquelas empresas que vieram a formar-se nesses sectores.

A estabilidade social — que exige o termo imediato da guerra social que o Governo move contra os trabalhadores, a

revogação de leis e medidas mais gravosas para os trabalhadores e o povo em geral, a garantia do direito de contratação colectiva e a busca de soluções negociadas em pé de igualdade.

O respeito pela legalidade e a ordem democrática — que impõe o respeito efectivo dos princípios constitucionais, a

O PCP está de

Porto (do nosso enviado especial) — A Eleição de um novo Comité Central que se prevê seja alargado de 133 para 165 membros, a aprovação de uma Resolução Política simultaneamente analítica e programática e a divulgação de números sobre os actuais efectivos constituem os aspectos mais salientes do X Congresso do Partido Comunista Português, cujos trabalhos se iniciaram na quinta-feira no Palácio de Cristal, no Porto, para encerrarem hoje com um comício a realizar no mesmo local.

Foi num Palácio de Cristal que muitos portugueses tiveram dificuldade em reconhecer que o membro suplente da Comissão Política do CC do PCP José Casanova declarou (a umas previstas e matemáticas 10 horas da manhã...) abertos os trabalhos do X Congresso, o quarto realizado pelos comunistas portugueses depois do 25 de Abril.

Um tecto falso enchendo de cor a abóbada do pavilhão, uma imponente mesa de presidência e uma vasta teia de instalações e estruturas de apoio (da recepção ao posto médico, dos restaurantes à livraria) deram ao recinto um aspecto e uma funcionalidade que — há que reconhecer — o PCP tornou já em características dos seus actos públicos. Frequentadores habituais de outros actos no mesmo recinto sublinham soluções de particular eficácia e impacto, desde o recurso a painéis que quebraram uma frieza imposta pela estrutura de betão e vidro, até às soluções acústicas que permitiram um resultado que quase se considerava impossível: assegurar audição em praticamente todos os pontos do pavilhão.

Mais de 2000 delegados

Conforme havia já sido anunciado, foi na base de um delegado por cada cem membros do Partido que os comunistas procederam à eleição dos presentes no seu Congresso. Segundo os primeiros números disponíveis, foi de 2096 o total, havendo contudo a considerar que existem situações de inércia (como, por exemplo, a totalidade dos membros do Comité Central que cessa funções neste Congresso).

Para além dos números divulgados pela própria organização, um simples passar pelos grupos de presentes indica a grande diversidade de origens geográficas, sociais e mesmo etárias. Se é óbvio provir das zonas de maior influência dos comunistas (Lisboa, Setúbal, Alentejo), o maior número de delegados, o característico sotaque açoriano ouvia-se lado a lado com vozes da Beira ou do Norte nas conversas de corredor e da hora do almoço.

Socialmente — e tanto quanto o aspecto exterior indica o quotidiano de cada um — será difícil negar que é entre trabalhadores que o PCP recruta a esmagadora

gráfica. Diversos jornalistas estrangeiros sublinhariam, aliás, ser invulgar este nível e número de delegações num Congresso de um PC que não se encontra no poder.

É interessante sublinhar que, para além dos PC's, diversas organizações de características políticas mais amplas (frentes, movimentos de libertação, etc.) se fazem representar, suceden-

processo revolucionário mundial» (os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional) surgia acrescentada de uma quarta presença: os «países progressistas».

Consagrando a formulação, as Teses acrescentam explicações para a inovação: a importância de que se reveste o surgimento de novos países onde, por um lado,

Reportagem de um enviado que nós inventámos e que escrever para um qualquer jornal onde informar seja sinónimo de

do inclusive situações de múltiplas representações de países onde as relações entre os presentes são marcadas por divergências e mesmo conflitos.

O PCP parece assim e de certa forma situar-se como um factor de entendimento nos meios progressistas de todo o mundo, posição que é coerentemente dada no primeiro ponto das Teses. A própria integração da habitual rubrica sobre a actividade internacional do Partido neste capítulo das Teses (quando habitualmente surgiria na última, dedicada à actividade partidária) revela que os comunistas portugueses não só não ignoram o que podem significar e contribuir na cena internacional, como também que têm dessa sua actividade uma visão que a liga aos interesses do seu País. A afirmação repetidamente feita por Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP sobre a «indissociabilidade do internacionalismo e do patriotismo» fornece uma esclarecedora luz a esta situação: o PCP claramente entende que a sua acção internacional deriva essencialmente da sua implantação e práticas nacionais e considera que o papel que assim pode desempenhar — e efectivamente desempenha — é duplamente útil à luta mundial e aos interesses do País a que pertence.

Não é difícil aceitar que esta particular sensibilidade

as forças políticas no poder — nascidas dos movimentos de libertação nacional — se reclamam do socialismo e encetaram esforços no sentido de constituição de partidos enformados pelo marxismo-leninismo e que por outro, desempenham papel importante na arena internacional no combate à política dirigida por Washington.

Não é difícil aceitar que esta particular sensibilidade

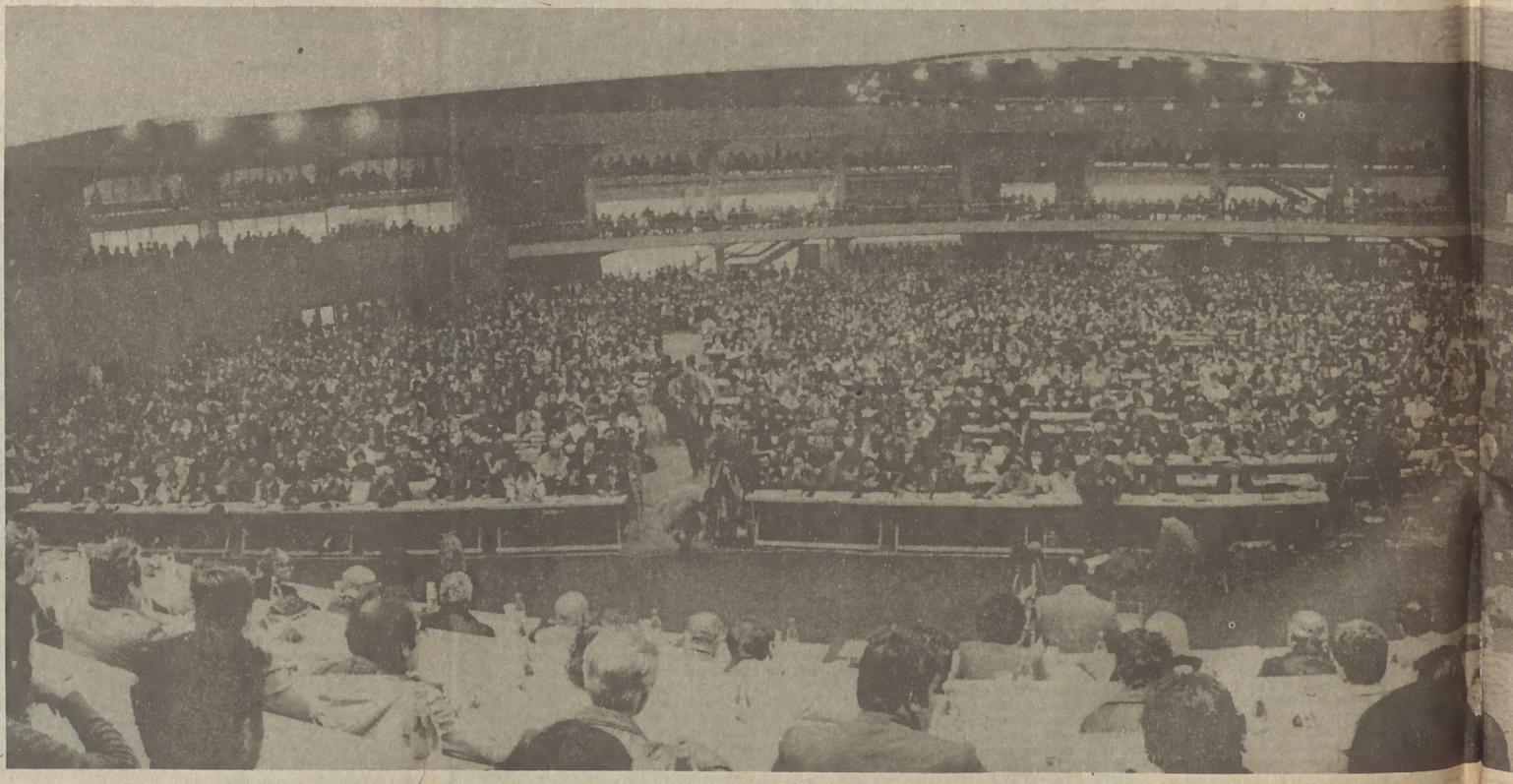


dos comunistas portugueses se liga com a experiência histórica, em vários casos, de ligação aos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas e que, depois do 25 de Abril, tem prosseguido vários níveis.

Inovações

Para os que subscrevem a ideia de um incondicional alinhamento do PCP com outros partidos — e nomeadamente o soviético — será aliás desconcertante verificar que as Teses consagram uma inovação sem dúvida significativa no quadro das formulações teóricas, tão importantes para os comunistas de todo o mundo.

Na realidade, já há alguns anos que em diversos documentos oficiais subscritos pelo PC português a tradicional formulação das «forças determinantes do



Boa saúde

órgãos de informação portugueses pela presença do delegado soviético — o destacado dirigente Mikail Gorbachev — e o tratamento que foi dado mereceu sorrisos e perplexidades nas bancadas da imprensa. Dois jornalistas — um francês e um inglês — experientes em manobras de contra-informação e intoxicação, defendiam à hora do almoço de sexta-feira a linearidade da

Um especial
de poder
no jornal
de verdade

operação: reduzir o noticiário sobre o Congresso a um aspecto invocando «actualidade» e através dessa exploração escorar a propaganda anti-soviética. «Nem sequer particularmente imaginativo», concluíam.

E ainda inovações

A leitura (laboriosa por vezes, há que convir...) das 64 páginas das Teses (ora transformadas em Resolu-

são, mais ainda num país pouco habituado a que os políticos optem pelo invocar do facto.

Refira-se de passagem que é sem dúvida significativo ser possível afirmar que as centenas de emendas introduzidas nas Teses após o debate realizado pelas organizações comunistas, se situam exactamente na correcção e alargamento desse retrato factual do País. O que revelará simultaneamente que os militantes não só leram as Teses como também conheceram a realidade a ponto de requererem a introdução no documento daquela parcela a que directamente se liga a sua actividade.

As massas

De uma forma geral e de uma perspectiva política mais imediata, apontam-se três aspectos das Teses: o papel da acção de massas, as alternativas políticas ao governo PS/PSD e a questão das presidenciais.

O primeiro não constitui novidade, salvo talvez no carácter mais acabado de algumas afirmações. O PC português tem toda uma tradição — de boa cepa marxista e leninista aliás — de privilegiar a intervenção das

responsáveis de sucessivos governos, de Mário Soares a Sá Carneiro, o facto parece ser pouco polémico de uma perspectiva puramente jurídica e constitucional.

Ainda neste campo, uma outra ideia que, também sem ser inteiramente nova, merece formulação mais completa neste documento é a do papel político — e, na perspectiva dos comunistas, revolucionário — que tem em Portugal desempenhado o trabalho produtivo concreto. O PC aponta como não só um índice de elevada consciência e organização dos trabalhadores, mas também um aspecto revelador da profundidade das transformações socioeconómicas verificadas em Portugal, o facto de o trabalho produtivo em diversos sectores (nomeadamente na Reforma Agrária e no sector nacionalizado) vir a desempenhar uma efectiva acção política por parte dos trabalhadores, harmoniosamente entrelaçada com outras formas de luta reivindicativa e política. Para alguns observadores, trata-se de um dos aspectos das teses mais interessantes e dignos de análise.

Alternativas e presidenciais

Para os comunistas, a queda do actual governo é tão inevitável como o próprio fluir do tempo. Enriquecido embora com outros argumentos, a conclusão é quase silogística: se outros governos com esta política cairam, este — que ainda a agrava — fatalmente cairá também.

O Partido de Álvaro Cunhal não se furta contudo a reconhecer as dificuldades de alternativas proporcionadas pelo actual espectro partidário. Considerando a necessidade e a vantagem de alteração do actual quadro de partidos — cujo bloqueamento claramente é atribuído à política de alianças à direita imposta ao PS por Mário Soares — os comunistas salientam contudo que a gravidade da situação económica do País requer medidas imediatas e urgentes que assegurem um amplo apoio popular e político.

A proposta da constituição de um Governo Patriótico de Salvação Nacional surge assim como uma resposta a uma situação de rotura no campo social e económico mas — pelo menos em termos imediatos — condicionada por evidente bloqueamento político-partidário. E político-partidário no entender do PC, pois os comunistas entendem que política e socialmente existe uma ampla base de apoio para soluções políticas de resolução da crise sem os sacrifícios e medidas dos últimos governos.

Quanto às presidenciais, há duas claras e conclusivas afirmações das Teses: uma é a recusa frontal a qualquer apoio a eventual candidatura

de Soares a Belém; outra uma definição do essencial perfil que o PC atribui a um candidato.

A recusa a qualquer apoio a Soares aparecia já formulada no primeiro projecto das Teses, mas (e o discurso do secretário-geral não deixaria de o sublinhar) uma das emendas introduzidas torna mais definitiva a posição: nem apoio a candidatura, nem posterior indicação de voto. As sucessivas salvagens de palmas dos congressistas que saudaram esta declaração de Álvaro Cunhal tornaram bem claro que se trata de posição profundamente concordada por toda a organização.

Quanto ao perfil, o PC é categórico: «o necessário — diria Cunhal — é que não se perca demasiado tempo, que não se alimentem entre democratas projectos pessoais de candidaturas concorrentes e que os democratas e patriotas dos mais variados sectores acordem ou convirjam em concentrar votos numa candidatura única. O que é necessário não é apenas uma candidatura democrática para se apresentar contra os candidatos da direita. O que é necessário é um candidato democrático para apresentar, para concorrer, para vencer as eleições e para ir para Belém.»

Alguns observadores mais ligados à observação da política e produção teórica dos partidos comunistas dão também relevo a outros dois trechos do documento; a caracterização da política dos últimos governos como contrária à própria lógica do sistema capitalista (e o secretário-geral desenvolveria, na sua intervenção de abertura, esta conclusão) e a análise sobre organização social contida no final do capítulo VIII.

Um partido de boa saúde

Cuidadosamente reservados até ao Congresso, os números divulgados na sessão de abertura provocaram naturais manifestações de entusiasmo: os delegados



e, nem sequer lentamente, consegue penetrar em zonas até agora consideradas feudos de outras formações.

Como sempre, as questões de organização e direcção ocupam lugar importante no balanço efectuado. Mas convirá sublinhar uma peculiaridade presente quer nas Teses, quer na intervenção do secretário-geral: num Partido onde nada acontece por acaso, é sugestivo o facto de, antes de efectivos ou quadros, fundos ou organização, ser a questão métodos de trabalho a primeira a ser abordada. Nesta preocupação residirá talvez muito do segredo que permitiu aos comunistas saírem de uma clandestinidade condicionante de toda a sua vida e transformarem-se, sem sobressaltos de maior, numa gigantesca estrutura de duas centenas de milhares de pessoas. E os que acusam o PC português de imobilismo encontrarão certamente algo para pensar numa bem pouco imobilizada afirmação do secretário-geral neste X Congresso: «muitos anos antes do 25 de Abril, aprovámos os estatutos com os quais se devia vir a configurar o Partido na legalidade. Desde então construímos um

Partido com o qual se devem agora configurar os estatutos»...

Renovação do CC

Quanto ao Comité Central, desconhecem-se ainda nomes, tendo contudo sido avançados critérios: um alargamento — que certamente o próprio crescimento partidário impõe — e o contemplar, a nível de direcção, de áreas e tarefas previamente definidas como prioritárias ou carentes de maior atenção (o caso, por exemplo, das mulheres que passarão a estar presentes na Comissão Política e no Secretariado).

Com uma organização no geral jovem, o PC tem por vezes uma imagem pública que, tudo visto e ponderado, não corresponde à realidade. O Comité Central eleito em 1979 apresentava uma idade média de 39 anos: sem que se conheçam problemas internos (e seria difícil, senão impossível, ocultá-los se os houvesse), tem-se manifestamente cui-

lho colectivo), aponta esta situação para a ideia de que os comunistas acreditam que um enlace orgânico de quadros de gerações e experiências diferentes assegurará a estabilidade e eficácia que têm sido um dos importantes elementos da sua crescente influência nacional.

Um congresso participado

O decorrer de um congresso como os do PC coloca questões originais. A primeira vista, tudo parece normal, cronometrado, igual a si próprio, pouco talhado para revelações ou novidades. Há que esgravatar, que tentar encontrar o que muda e o que continua, como e porque.

Para o mais desprevenido dos observadores, reuniões do PC são sempre pontuadas por aplausos e participações gerais da assistência. Fale o secretário-geral ou um orador desconhecido, um convidado estrangeiro ou um conhecido dirigente, a assistência pontua o que escuta. Há porém um elemento de unificação, de concordância que impressiona: está-se face a umas centenas ou milhares de pessoas, em nada coibidas de manifestarem a sua concordância ou discordância, mas que evidentemente se sentem bem fazendo-o colectivamente. E este colectivamente surge com uma espontaneidade que se revela quando começa — mas curiosamente se revela quando acaba! Por vezes surge um slogan (o tão característico «P-C-P» ou o «assim-se vê a força do PC»), «des-sincronizado», vindo de pontos diferentes da sala: em segundos, tudo se junta num coro uníssono que cessa à ordem de um misterioso e múltiplo maestro que parece estar dentro de cada um.

Mas um outro aspecto

ainda faz destes aplausos um invejável «facto político» digno de análise. Considere-se que 2000 pessoas é muita gente e que um congresso que traz delegados dos quatro cantos do País contempla evidentemente uma diversidade gigantesca de personalidades, de educações, de quotidianos, de influências; nada indica, por outro lado, que se verifiquem elementos administrativos condicionantes da eleição de delegados — já de si difíceis mesmo para uma «máquina» como o PC e sem que dessem a inevitável e inexistente polémica. Finalmente, nem o tempo de preparação nem o mais elementar bom senso permitiriam supor uma «preparação» de cada delegado para cada situação.

Ora sucede que uma «leitura» dos aplausos que surgem ou não surgem acompanhada em impressionante concordância o que publicamente são as orientações e posições do PCP e revela um geral «estar sobre o acontecimento»!

Um orador é anunciado e recebe imediatamente uma salva de palmas? É quase certo que isso traduz que dois mil delegados sabem que a empresa a que pertence trava uma luta difícil ou obteve uma vitória importante. Uma delegação estrangeira é saudada com aplausos entusiásticos? Pois será certamente de alguém que representa uma política que o PCP encara favoravelmente ou um combate a que expressa a sua solidariedade.

Alguém diria que é o «aplausos-votação»... E sem dúvida revelador.

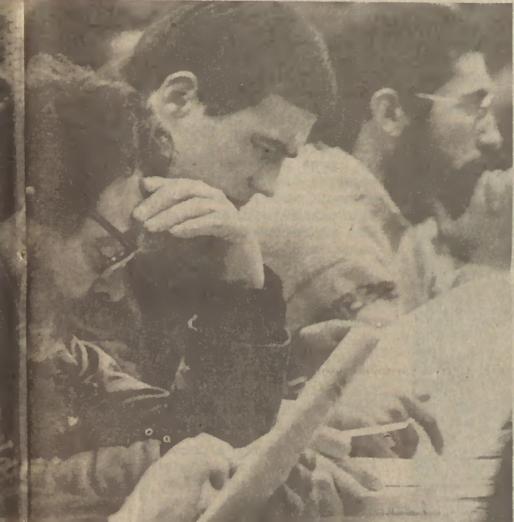
E depois do Congresso?

Segundo numerosos delegados, a frase mais escutada nos últimos tempos, portas adentro do PC, foi «depois do Congresso»... «Depois do Congresso tem de se ver isso», «depois do Congresso temos que fazer isto», «depois do Congresso há que estudar aquilo».

Que o PCP sai reforçado desta sua reunião é conclusão que se poderia tirar mesmo antes dele começar... Do que daí resultará para o País, já é mais complicado.

Os próprios comunistas são visceralmente avessos a futurologia política: definem linhas essenciais — e trabalham. Com uma poderosa organização, estão sempre em condições de responder a todas as inflexões da realidade, provenientes elas da sua própria acção ou do conjunto dos factores em jogo.

O maior partido português, a sua acção não pode por ninguém ser ignorada. E na segunda-feira, quando os dois mil delegados que foram ao Porto se juntarem de novo aos 198 000 militantes que os elegeram para lá irem, todos podem saber que unidos e coesos estão. Que prosseguem aquela invejável capacidade de trabalho e de iniciativa que lhes valeu a transferência do publicitário «aquela máquina». Que estão com o Portugal de Abril e entendem que são acções de massas o factor determinante para a sua defesa e prosseguimento. E que tudo farão neste sentido.



ção Política) e a sua comparação com o texto inicial inserido no «Avante!» constituem fecundo manancial de elementos.

Num estilo bem característico dos comunistas portugueses, parágrafo a parágrafo o documento essencial do Congresso surge como um imenso repositório de factos, referências, números. O método, se denota uma preocupação de clara e evidente que as conclusões e propostas apresentadas derivam directamente de uma realidade exaustivamente retratada, tendo por vezes a tornar menos perceptível exactamente a ideia e a conclu-

massas na política e esta direcção do seu trabalho consome o essencial da sua acção e dos seus quadros. E isto não apenas no campo das presenças massivas mais espectaculares e incisivas (manifestações, concentrações, etc), mas numa acção política quotidiana de agitação, de organização, de trabalho em estruturas e situações de contacto estreito com as populações e as mais diversas camadas sociais.

Nas teses, o PCP insiste no carácter inteiramente constitucional desta acção e sublinha o que ela constitui de importante factor de democraticidade do regime. Posição contestada pelos



souberam que os efectivos do PCP ultrapassaram já os 200 mil, o que indiscutivelmente o confirma como a organização partidária de mais vasta organização no País.

Com flutuações embora, as estatísticas anunciadas confirmam dados já existentes quanto à composição social (mais de metade de operários industriais e agrícolas) e etária. Esta confirmação reveste-se contudo de aspectos interessantes quando comparada não apenas com o crescimento em termos absolutos como com o facto — igualmente anunciado — de a implantação comunista se ter alargado em zonas onde era mais fraca. Isto é: em áreas de composição social e de influências ideológicas bem diferentes das de tradicional implantação do PC, este consegue fortalecer-se sem com isso alterar a sua base de apoio (aquilo a que os comunistas chamam carácter de classe). Em relação aos seus adversários partidários, o PC pode claramente orgulhar-se de uma coisa: mantém intactos os seus bastiões

Partido com o qual se devem agora configurar os estatutos»...

Renovação do CC

Quanto ao Comité Central, desconhecem-se ainda nomes, tendo contudo sido avançados critérios: um alargamento — que certamente o próprio crescimento partidário impõe — e o contemplar, a nível de direcção, de áreas e tarefas previamente definidas como prioritárias ou carentes de maior atenção (o caso, por exemplo, das mulheres que passarão a estar presentes na Comissão Política e no Secretariado).

Com uma organização no geral jovem, o PC tem por vezes uma imagem pública que, tudo visto e ponderado, não corresponde à realidade. O Comité Central eleito em 1979 apresentava uma idade média de 39 anos: sem que se conheçam problemas internos (e seria difícil, senão impossível, ocultá-los se os houvesse), tem-se manifestamente cui-

lho colectivo), aponta esta situação para a ideia de que os comunistas acreditam que um enlace orgânico de quadros de gerações e experiências diferentes assegurará a estabilidade e eficácia que têm sido um dos importantes elementos da sua crescente influência nacional.

Um congresso participado

O decorrer de um congresso como os do PC coloca questões originais. A primeira vista, tudo parece normal, cronometrado, igual a si próprio, pouco talhado para revelações ou novidades. Há que esgravatar, que tentar encontrar o que muda e o que continua, como e porque.

Para o mais desprevenido dos observadores, reuniões do PC são sempre pontuadas por aplausos e participações gerais da assistência. Fale o secretário-geral ou um orador desconhecido, um convidado estrangeiro ou um conhecido dirigente, a assistência pontua o que escuta. Há porém um elemento de unificação, de concordância que impressiona: está-se face a umas centenas ou milhares de pessoas, em nada coibidas de manifestarem a sua concordância ou discordância, mas que evidentemente se sentem bem fazendo-o colectivamente. E este colectivamente surge com uma espontaneidade que se revela quando começa — mas curiosamente se revela quando acaba! Por vezes surge um slogan (o tão característico «P-C-P» ou o «assim-se vê a força do PC»), «des-sincronizado», vindo de pontos diferentes da sala: em segundos, tudo se junta num coro uníssono que cessa à ordem de um misterioso e múltiplo maestro que parece estar dentro de cada um.

Mas um outro aspecto

«A principal causa da crise em que vivemos não são as nacionalizações, a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores, como propagandeiam os arautos do processo contra-revolucionário, mas precisamente a guerra que é movida contra essas grandes conquistas democráticas.»

rectificação de medidas inconstitucionais e ilegais, a recuperação pelo Estado de empresas e bens ilegalmente entregues aos capitalistas, a restituição às UCPs/Cooperativas das terras e bens de que foram espoliadas, a readmissão de trabalhadores ilegalmente despedidos, o cumprimento das decisões dos Tribunais que anulam ou suspendem actos do Governo, a dissolução dos corpos especiais de repressão, o apuramento das responsabilidades pelos crimes cometidos (Escoural, 1.º de Maio no Porto) e o firme combate à corrupção e à criminalidade.

2. Política económica para a saída da crise e o desenvolvimento

No que respeita ao 2.º objectivo (a saída da crise, a recuperação económica e o desenvolvimento), o PCP considera como princípios gerais orientadores, por um lado, a administração correcta e a poupança dos recursos, por outro lado, a mobilização dos recursos e potencialidades do País com vistas ao aumento da produção industrial e agrícola e à eficiência dos serviços.

É com estes princípios que se conformam a política financeira, a política orçamental, a política fiscal e a política de crédito e cambial que propomos.

A aplicação em investimentos produtivos dos capitais disponíveis, critérios de austeridade do Estado, progressividade dos impostos, baixa das taxas de juro, refreamento da desvalorização do escudo, controlo do movimento de capitais e combate à fuga de divisas, à subfacturação e à sobrefacturação, contam-se entre as medidas indispensáveis duma política alternativa.

As mesmas finalidades deverão obedecer:

— a política industrial com a correcção de desequilíbrios, a articulação dos ramos, a estabilização dos sectores e empresas-chave, a dinamização do sector nacionalizado, das indústrias básicas, da construção civil e do turismo, a reorganização da indústria extractiva e dos transportes, o apoio às pequenas e médias empresas industriais e às cooperativas de produção;

— a política agrícola com a dinamização da produção agrícola e pecuária, a expropriação das terras expropriáveis e das terras abandonadas, a contenção dos preços dos adubos, rações, gasóleo e outros «factores de produção», os preços compensadores, o crédito com juros mais baixos, a garantia do escoamento dos produtos, a simplificação dos circuitos comerciais, o apoio ao cooperativismo, as indemnizações por intempéries e calamidades, a melhoria da Lei do Arrendamento Rural, a garantia aos povos da fruição dos Baldios e a extinção da colónia na Madeira;

— a política das pescas, com a modernização da frota e dos meios de captura, o apoio às cooperativas, aos pequenos armadores e à pesca artesanal, a reestruturação e o relançamento das empresas nacionalizadas, a melhoria dos portos de pesca e de abrigo e dos entrepostos frigoríficos, os preços de garantia, a salvaguarda das águas portuguesas e da Zona das 200 milhas, o apoio à indústria de pescado, a garantia dos direitos dos pescadores.

— a política comercial, com a simplificação, redução, economia, eficiência e rapidez dos circuitos comerciais, o apoio aos pequenos e médios comerciantes, uma nova legislação sobre as rendas comerciais e a diversificação do comércio externo acompanhando o aumento de produção de produtos actualmente importados.

Trata-se, antes do mais, de fazer o País sair da crise. Mas as medidas imediatas devem obrigatoriamente ser inseridas numa perspectiva de desenvolvimento, o que exige critérios seguros sobre o aproveitamento dos recursos nacionais a curto, médio e longo prazo, a prioridade de investimentos, a coordenação do sistema de ensino com a investigação, e o relançamento dos grandes projectos nacionais: o Plano Siderúrgico Nacional, com o aproveitamento do ferro de Moncorvo, o Plano do Alqueva, o aproveitamento das Pirites e a Metalurgia do Cobre, os projectos do Baixo Mondego, da Cova da Beira, da beterraba sacarina e outros.

3. O melhoramento das condições de vida do povo

No que respeita ao 3.º objectivo (o melhoramento das condições de vida material e cultural dos trabalhadores e do povo em geral) impõe-se a correcção urgente da política de recuperação capitalista e da exploração desenfreada de quem trabalha.

A contenção dos preços de artigos de primeira necessidade. O aumento dos salários acompanhando a subida dos preços. O aumento do salário mínimo nacional. O pagamento dos salários em atraso sob pena de intervenção do Estado e da entrega das empresas aos trabalhadores. O pagamento do 13.º mês e do subsídio de férias. A revogação das leis dos despedimentos (Lay off) e dos impostos reactivos. A revogação das classificações de «excedentários», nas «empresas em situação económica difícil», na Função Pública e noutros sectores.

Para as mulheres, impõem-se a eliminação de discriminações sociais, profissionais e salariais, a protecção à maternidade, a instalação de estruturas de apoio à mulher e à criança.

Para os jovens, a eliminação de discriminações, a garantia de emprego, a formação profissional, o acesso ao ensino, o direito dos jovens casais à habitação, estruturas para a ocupação salutar dos tempos livres e o benefício de uma política de integração da cultura física e do desporto no sistema educativo, de apoio ao associativismo e a iniciativas populares sem esquecer a criação de condições para o desporto de alta competição.

Para os reformados o aumento das pensões, a gratuitidade da assistência médica, descontos nos transportes, criação de centros e lares.

Para os deficientes, actualização das pensões e subsídios, o ensino especial, a integração sócio-profissional e também a gratuidade da assistência médica, descontos nos transportes e criação de centros e lares.

Para os emigrantes, criação de condições para o seu regresso, acordos de emigração que lhe sejam mais favoráveis, apoio social, cultural e jurídico, melhores condições de transportes para Portugal.

Para os desalojados, a integração social e profissional e a solução dos problemas de emprego e habitação.

Na base de uma política económica e financeira assente nas formações diversificadas e na mobilização dos recursos e potencialidades nacionais, o melhoramento das condições de vida do povo constitui um factor impulsionador das actividades económicas, do alargamento do mercado interno, do aumento da produção. Um factor favorável portanto à saída da crise.

Têm também lugar de relevo:

— Uma política de saúde de que são partes essenciais a concretização do Serviço Nacional de Saúde, a criação de uma rede de cuidados primários, a garantia de serviços de urgência, o melhoramento da assistência hospitalar e a gestão democrática.

— Uma política de habitação e de solos que promova a habitação social com rendas acessíveis, o crédito para aquisição de habitação própria, a recuperação de habitações degradadas, o direito do inquilino, o combate à especulação de terrenos.

— Uma política de segurança social, de que é elemento essencial a institucionalização de um sistema unificado, integrado e descentralizado de forma a garantir a melhoria dos serviços, a diminuição da idade de reforma dos pescadores e mineiros, a actualização anual do abono de família e outros subsídios.

— Uma política do ensino e cultura em que são grandes linhas de orientação a democratização e reestruturação do sistema escolar e do acesso à fruição e criação culturais, a resposta do ensino às exigências do trabalho e da ciência, a formação cultural e profissional dos jovens e dos trabalhadores, a valorização da profissão docente, de investigação científica e das actividades artísticas e culturais, a defesa e dinamização do património e também (e não é ponto menor) a garantia da liberdade de criação.

— Uma política que ataque com decisão e recursos as carências mais prementes das populações no que respeita ao saneamento básico, à electrificação, à rede viária e ao meio ambiente.

4. Respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos e garantia da independência nacional

No que respeita ao 4.º objectivo (garantia das liberdades e direitos dos cidadãos) o PCP considera que se trata de elementos básicos e invioláveis do regime democrático e portanto também de uma alternativa democrática e da acção governativa.

Propõe-se a declaração de inconstitucionalidade de leis ou decisões que limitem ou diminuam o seu conteúdo e exercício.



De particular importância o efectivo pluralismo e apartidarismo na RTP, RDP e outros meios de comunicação social do Estado e o restabelecimento da legalidade democrática onde quer que tenha sido ou esteja a ser impedido o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

No que respeita ao 5.º objectivo (a unidade e a independência nacionais, a segurança e a paz) é indispensável que Portugal adote uma política externa de desanuiamento, de cooperação e de paz.

É indispensável a diversificação das relações externas, o desenvolvimento das relações de cooperação não apenas com os países capitalistas, mas com os países africanos de língua portuguesa, os países socialistas e os países do Terceiro Mundo, a firme recusa de quaisquer ingerências e pressões estrangeiras na vida interna portuguesa, a recusa ao alargamento das obrigações para com a NATO e a facilidades militares em território português, à utilização das bases estrangeiras para fins agressivos e à instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares por território, águas ou espaço aéreo portugueses.

Tais são, muito sumariamente expostas, as orientações e medidas propostas pelo PCP para uma política de alternativa democrática.

É uma política que corresponde inteiramente às condições económicas existentes e aos interesses da quase totalidade da população portuguesa. É uma política para salvar a democracia e salvar Portugal. É a política de que o País necessita e que, estamos certos, acabará por ser adoptada e realizada.

6 POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SALVAÇÃO NACIONAL

Cada dia é maior o número daqueles que expressam o seu acordo com as propostas do PCP para uma política democrática de alternativa.

A dúvida e a interrogação de muitos é como se pode lá chegar.

Como substituir um Governo que, como o actual, dispõe da maioria de deputados na Assembleia da República?

Como formar um Governo democrático, quando, dos quatro grandes partidos actualmente existentes, dois estão coligados no Governo (PS e PSD), um terceiro está coligado com o Governo (CDS) e apenas um oferece decidida oposição e luta consequentemente por uma alternativa — o PCP?

A estas dúvidas e interrogações nós respondemos: Não só existe uma política alternativa, como existem condições para alcançá-la:

Na luta imediata, é imperioso lutar hora a hora e tudo fazer para não deixar que o processo contra-revolucionário continue a avançar.

Mas não se trata apenas de impedir que a reacção continue a avançar. Trata-se também de lutar e preparar as condições para interromper de vez o processo de recuperação capitalista que conduz Portugal ao desastre, e passar a um processo de verdadeira recuperação: de recuperação da indústria, de recuperação da agricultura, de recuperação das condições de vida do povo, de recuperação cultural, de recuperação democrática e de recuperação nacional.

Trata-se de lutar e de preparar condições para a formação de um Governo democrático que realize uma política democrática.

Tal tarefa está ao alcance do povo português.



A Paz é a palavra

• Solidariedade internacionalista na tribuna do X Congresso

Um congresso do Partido Comunista Português é sempre uma tribuna internacionalista. E, à medida que passam os anos e que se acumula a experiência, a luta e o trabalho, cresce também o papel dos comunistas portugueses e do seu Partido não apenas de portas adentro mas no largo mundo. A importância do PCP a nível internacional, forjada na coerência da sua linha política, na correcção das suas posições, no seu empenhado esforço em prol da unidade do movimento comunista internacional, na activa solidariedade aos povos em luta pela sua libertação, numa atitude guiada pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, tal importância verifica-se até pelas numerosas delegações presentes nos seus sucessivos congressos.

Se nos anteriores que já se verificaram após o 25 de Abril, a participação de delegações

estrangeiras, de representantes de partidos irmãos e de outros partidos e organizações progressistas vindos do mundo inteiro, foi sempre numerosa e destacada pelo alto nível dos representantes que nos visitaram, este X Congresso fica marcado pela mais numerosa presença de delegações estrangeiras — logo no primeiro dia foi anunciada a participação de sessenta delegações, número que iria aumentar. A presença de altos dirigentes de partidos entre as delegações é também sinal da importância dada a esta realização dos comunistas portugueses.

As intervenções de camaradas estrangeiros, logo no primeiro dia do X Congresso, deram imediatamente a ideia do largo âmbito das relações internacionais do PCP. A presença e as intervenções na tribuna do Palácio de Cristal, vivamente aplaudidas pelos milhares de delegados e convidados, do re-

presentante do Partido Comunista da União Soviética, do Partido Socialista Unificado da Alemanha, do MPLA-Partido do Trabalho, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, trouxeram, além das saudações ao PCP, palavras que exprimiram a largueza e a diversidade das ligações do Partido com as vanguardas que em vários continentes, conduzem o trabalho pelos objectivos do progresso e da libertação do homem.

Palavras e vozes em línguas muito distantes ou muito perto, da nossa, trouxeram ao nosso Congresso a certeza de que nos grandes continentes, por toda a parte, a vários níveis, o futuro se constrói. A URSS, construindo as bases técnicas do comunismo; os países socialistas, desenvolvendo o socialismo alcançado; os países que recentemente, mercê de porfiada luta, alcançaram a sua libertação do jugo colonial e

enveredaram pelo caminho que conduz ao socialismo; os que, também mercê de abnegada resistência venceram a batalha contra o fascismo, resistem às investidas do imperialismo, escolhem uma via progressista de desenvolvimento.

Da Europa e da Ásia nos vieram essas presenças e essas vozes. Da África e da América Latina. De muito longe ou de relativamente perto.

Mas as distâncias não impedem o fortalecimento dos laços que nos unem aos que em todo o mundo são pela liberdade e contra a opressão, pela paz e contra a guerra. Não impedem o reforço da solidariedade.

Nas várias intervenções, tornou-se desde logo claro que essa solidariedade se baseia num conhecimento mútuo e profundo dos problemas, questões e tarefas que se colocam aos comunistas portugueses. Na tribuna se ouviu os representantes das delegações estrangeiras aludir às conquistas da nossa revolução às nossas lutas em sua defesa e na defesa da democracia.

A par do conhecimento que manifestaram dos traços mais marcantes da realidade política e social portuguesa, as delegações estrangeiras também nos trouxeram a imagem, em traços gerais, do que se passa nos respectivos países. Os problemas e as vitórias, as conquistas e as dificuldades.

A paz foi, porém, a palavra e a ideia central e que a todos disse, igual modo, respeito. Todos, do mesmo modo, se referiram à luta pela paz no mundo, à necessidade de empenhar todos os esforços para que a guerra não seja possível. O X Congresso do PCP, é, não apenas em Portugal mas no mundo, um momento alto em que as vozes do que, a Leste e a Oeste, a Norte e a Sul do planeta, desejam sinceramente banir da terra a ameaça da guerra.

Delegações estrangeiras

- Partido Popular Democrático do Afeganistão — Said Amir Zarrá, membro do CC
- Partido Socialista Unificado da Alemanha — Hermann Axen, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC
- Partido Comunista Alemão — Hermann Gautier, Vice-Presidente
- MPLA-Partido do Trabalho — Ruth Neto, membro do CC, secretária-geral da OMA
- Partido Comunista da Áustria — Irma Schwager, membro do Bureau Político
- Partido Comunista da Bélgica — Robert Dussart, membro do Bureau Político
- Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste — Harry Fitchbeil, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC
- Partido Comunista Brasileiro — Giocundo Dias, Secretário-Geral
- Partido Comunista Búlgaro — Dimitar Stanichev, Secretário do CC
- PAICV — Cabo Verde — Joaquim Pedro Silva, do Secretariado do Conselho Nacional
- Partido Comunista da Checoslováquia — Poleđnik Indrik, Secretário do CC
- Partido Comunista do Chile — Volodia Teitelboim, membro do Bureau Político
- Partido Congolês do Trabalho — Monambemba Marins, ministro da Agricultura
- Partido do Trabalho da Coreia — Hwang Zang Yop, Secretário do CC
- Partido Comunista de Cuba — António Perez Herrero, membro suplente do Bureau Político e do Secretariado do CC
- Partido Comunista da Din-

- Partido Popular Democrático do CC
- Partido Comunista Dominicano — Carlos Júlio Baez, membro do CC
- Partido Comunista de Espanha — F. Herrera
- Partido Comunista dos EUA — Simon Gerson
- COPTE (Etiópia) — Awgichew Keftalew, membro do CC
- Partido Comunista da Finlândia — Seppo Toivainen, membro do Bureau Político
- Partido Comunista Francês — Philip Herzog, membro do Bureau Político
- Partido Comunista da Grã-Bretanha — Sharma, do Comité Político do PCGB
- Partido Comunista da Grécia — Antonis Abatielos, membro do Bureau Político
- Partido Comunista de Guadalupe — Moutonssamy, deputado
- Partido Guatemalteco do Trabalho — Reginaldo Soto, membro do CC
- PAIGC — Guiné-Bissau — Nicanandro Barreto, membro do CC
- Partido Popular Progressista da Guiana — Donald Ramotar, membro do Bureau Político
- Partido Comunista da Holanda — A. Deboer, membro do CC
- Partido Operário Socialista Húngaro — Miklos Ovári, membro do Bureau Político e do Sec. do CC
- Partido Socialista Iemenita — Abdul Ghani Abdul Kader, membro do Bureau Político e Secretário do CC
- Partido Comunista Iraquiano — Majel Mussa
- Partido Comunista de Israel — Jamal Mousa, membro do Bureau Político

- Partido Comunista Italiano — Piero Fassino, membro da Direcção e Sec. da Federação de Turim
- Partido Comunista Jordano — Ali Hassan Salih, representante do PCJ na Revista Internacional
- Partido Comunista do Japão — Yasuo Ogata, membro do CC
- Liga dos Comunistas da Jugoslávia — H. Pozdeřak, membro da Presidência
- Partido Comunista Libanês — Nandim Abdul Samad, membro do Bureau Político do CC
- Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos — Simon Levy, membro do Bureau Político e Sec. do CC
- Partido Socialista Unificado do México — Adolfo Sánchez Rebolledo, Comissão Política
- Partido FRELIMO — Aurélio Manave, membro do CC e Primeiro-Secretário da província de Gaza
- Partido Popular Revolucionário da Mongólia — Pamdangvun Damin, Secretário do CC
- SWAPO-Namíbia — Shihepo, membro do CC e Secretário Adjunto das Relações Externas
- Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua — Hernan Estrada, Chefe da Secção de Europa do Departamento de Relações Internacionais
- Partido Comunista da Noruega — Karo André Nilssen, membro do CC
- Organização de Libertação da Palestina — OLP — Abu-Jafar, director do Departamento Político
- Partido Operário Unificado Polaco — Josef Czyrek, mem-

- bro do Bureau Político e Sec. do CC
- Partido Comunista Romeno — Ion Coman, membro do Comité Político Executivo e Secretário do CC
- Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — El Salvador e Partido Comunista de El Salvador — Mário Aguiñada Carranza, membro da Comissão Política do PC e da Direcção Revolucionária Unificada da Frente
- Partido BAAS da Síria — Fawwaz Suyyagh, membro da Direcção Nacional
- Partido Comunista Sirlo — Youssef Faissal, Secretário-Geral Adjunto
- Partido da Esquerda — Os Comunistas da Suécia — Jhan Lenroth, membro do CC
- Partido Suíço do Trabalho — Aniuska Weil, membro do CC
- Partido Comunista Sul-Africano — Brian Bunting, membro do CC, director do jornal comunista africano
- FRETILIN — Timor Leste — Roque Rodrigues, membro da Direcção Política da Fretlin e embaixador na RPA
- Partido Comunista da União Soviética — Mikail Gorbachev, membro do Bureau Político e Sec. do CC
- Partido Comunista do Uruguai — Eduardo Vieira, membro do Bureau Político
- Partido Comunista da Venezuela — Radames Larazabal, membro do Bureau Político e do Secretariado Nacional
- Partido Comunista do Vietnã — Hong Ha, membro do CC e Director do «Nhan Dan», Órgão Central do PCV
- Revista Internacional — Yuri Skliarov, Director

«A verdade é que, não só (como há muito o PCP demonstra e os factos comprovam) a política actual está inevitavelmente condenada ao fracasso como existe uma política capaz de fazer o País sair da crise, de resolver os grandes problemas nacionais e de assegurar o desenvolvimento da economia portuguesa no quadro da democracia e da independência nacional.»

1. O Governo PS/PSD condenado ao fracasso

Antes de mais o Governo PS/PSD está condenado ao fracasso e à demissão.

Por cinco razões fundamentais.

A primeira (e determinante) é que a luta dos trabalhadores e das massas populares, já hoje em desenvolvimento, continuará a alargar-se e a intensificar-se.

A segunda é que não só é completamente incapaz de resolver, como agrava e continuará a agravar todos os grandes problemas nacionais.

A terceira é que existem graves contradições entre os partidos da coligação, dentro de cada um deles e entre cada um deles e as respectivas bases de apoio.

A quarta é que a base de apoio social, política e eleitoral do Governo PS/PSD se está reduzindo velozmente e continuará inevitavelmente a reduzir-se em virtude da deterioração da situação económica e social e do agravamento brutal das condições de vida dos portugueses.

A quinta razão para o fracasso e à demissão do Governo PS/PSD é a sua tentativa de instaurar um totalitarismo governamental sobrepondo-se a todos os outros órgãos de soberania e afrontando arrogantemente as instituições.

Afronta o Presidente da República, pretendendo recusar-lhe o exercício das suas competências e reduzi-lo ao papel de dizer que sim com a cabeça.

Afronta a Assembleia da República, chamando a si, através de abusivas autorizações legislativas, as suas competências, numa clara demonstração do real desprezo pelo órgão legislativo, apesar da anterior demagogia acerca do pretendido reforço do Parlamento no regime democrático português.

Afronta o poder local democrático, procurando também limitar a sua autonomia e a sua democraticidade e transferir-lhe novos encargos, ao mesmo tempo que se recusa a cumprir a Lei das Finanças Locais e lhe reduz os recursos.

Afronta as Forças Armadas, defendendo o seu brio e a sua dignidade, com exortações, despachos e declarações públicas que mostram, por si mesmas, que nem o Ministro da Defesa, nem o Primeiro-Ministro respeitam a instituição militar nos termos em que reclamam que a instituição militar respeite o Governo.

Afronta os Tribunais, recusando-se a cumprir sentenças quando corrigem as suas decisões, como é o caso da recusa a cumprir os 191 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que anularam ou suspenderam despachos do Governo que tinham ordenado a entrega aos latifundiários de terras das UCs/Cooperativas, como é também o caso da sentença que ordenou a reintegração na RTP dos trabalhadores despedidos e como é o caso dos insultos que o sr. Primeiro-Ministro entendeu poder fazer a um magistrado de Coimbra, só por discordar da sentença que lhe dizia pessoalmente respeito.

Na continuidade da política e do plano golpista da «AD», o Governo PS/PSD, em toda a sua acção, sobrestima a sua própria força e subestima a força daqueles que combatem a força do movimento social, da oposição política, dos órgãos de soberania, das instituições.

Porque para nós é certo. Se o Governo afronta o sistema democrático e as suas instituições, o sistema democrático e as instituições acabarão por afrontar o Governo. E será o Governo e não as instituições que acabará por ser derrotado.

Há dias, logo após a exoneração do CEME, um plúmbeo governamental afirmou que o Governo PS/PSD está mais forte do que nunca.

A nossa apreciação é diferente. O Governo conseguiu, é certo, sair de uma alçada em que se meteu. Surpreendentemente conseguiu-o por decisão daquele mesmo Presidente que o PS e o PSD tratam como inimigo. Mas não só o Governo esteve muito mais perto do fim do que alguns supõem.

O Governo «AD» cala pela sua política, pela resistência do povo, pelo funcionamento das instituições. Pelas mesmas razões, o Governo PS/PSD está condenado a cair também.

2. A força poderosa da frente social em movimento

Tanto pela arrumação objectiva dos interesses de classe, como pela atitude que as classes e camadas sociais assumem em relação às medidas concretas do Governo PS/PSD, pode afirmar-se que a política do Governo PS/PSD tem uma base social de apoio muito restrita e cada vez mais restrita.

Objectivamente, constituem base social de apoio da política do Governo PS/PSD o grande capital, uma parte de industriais e comerciantes, os grandes proprietários, os senhores ricos, os grandes rendeiros intermediários, os grandes armazénis e intermediários especuladores, o alto funcionalismo e importante parte das chamadas profissões liberais e dos quadros técnicos.

Constituem base social de apoio para uma alternativa democrática os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais, parte considerável dos quadros técnicos e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa.

Esta arrumação das forças não se traduz naturalmente numa atitude global das classes indicadas correspondente aos seus interesses objectivamente considerados.

Mas tal correspondência tende a estabelecer-se. Confirmando a evolução que se regista nos últimos anos, já hoje a luta social contra a política do Governo abrange sectores maioritários da população portuguesa.

Está em formação e em movimento uma vastíssima e poderosa frente social, abrangendo todas as classes e camadas antimonopolistas, objectivamente interessadas numa alternativa democrática.

As grandes organizações, movimentos e lutas de massas constituem uma expressão convincente e indelmentável da frente social em movimento.

Trata-se de organizações, movimentos e lutas de carácter unitário, em que participam portugueses e portuguesas das variadas convicções políticas e das áreas de influência eleitoral de praticamente todos os partidos. Trata-se de organizações, movimentos e lutas que, pela sua vastidão e pelo seu nível de organização, de consciência e de determinação, constituem, no conjunto, uma força capaz de assegurar, no plano social, o progresso económico do país e a construção democrática da sociedade portuguesa.

Contra a guerra que lhes movem o Governo e o grande capital e contra todas as tentativas divisionistas dos amarelos da UGT, o movimento sindical unitário, organizado em torno da gloriosa CGTP-Intersindical Nacional — única verdadeira central dos trabalhadores portugueses, não por imposição seja de quem for mas porque os trabalhadores confiam nela e lhe dão o seu activo e massivo apoio — confirma-se ao longo dos anos e dia a dia como o eixo e motor da luta organizada dos trabalhadores portugueses, como uma força de primeiro plano e de incomparável influência em toda a vida económica, social e política, como uma força que será chamada a desempenhar um papel insubstituível na solução dos grandes problemas nacionais.

As 2000 Comissões de Trabalhadores existentes nas empresas e que continuam a sua destacada acção apesar das limitações dos direitos dos trabalhadores; — as Comissões de Moradores que englobam milhares de activistas; — os fortes movimentos unitários organizados e as centenas de organizações autónomas de pequenos e médios agricultores, que se inserem no importantíssimo processo de convergência, coordenação e unificação do movimento camponês — o movimento dos intelectuais, expressando-se na intervenção na luta política, na actividade social, educativa, cultural e artística e também no reforço das organizações sindicais respectivas; — o movimento das mulheres com as suas múltiplas expressões unitárias organizadas: Movimento Democrático das Mulheres (MDM), as estruturas sindicais, as Comissões Unitárias (CUMs); — o movimento da juventude no desenvolvimento do qual desempenha papel determinante a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) com a acção militante, corajosa e entusiástica dos seus dirigentes e dos seus militantes e que dispõe de muito variadas expressões organizadas nos movimentos associativos, nas colectividades, na luta pela paz; — a crescente movimentação coordenada dos pequenos e médios comerciantes e industriais, com o reforço do

MPCMI; — o movimento dos reformados dispondo de forte e influente organização (o MURPI) e dando magníficos exemplos de combatividade; — o movimento dos deficientes, verdadeiro movimento nacional contando com fortes e influentes organizações; — o movimento associativo popular que conta com milhares de associações e clubes que se integram de uma forma cada vez mais nítida no movimento popular de massas; — as associações de bombeiros e outras prestimosas organizações cujas actividades cívicas são inseparáveis do povo; — o movimento cooperativo as UCs, e outras formas de organização económica com intensa actividade e larga influência; — todos estes movimentos e organizações intervêm na intensa movimentação social que se verifica para defesa dos interesses das grandes massas da população, para a solução dos problemas, para uma alternativa à política actual.

Torrentes de carácter social, acabam por convergir num objectivo político comum: a luta contra o Governo PS/PSD.

Constitui já um facto histórico que a luta social contra a política de recuperação capitalista foi decisiva para a demissão do Governo «AD». É inquestionável que a luta social está reservado um papel e igualmente decisivo para a demissão do Governo PS/PSD.

No dia em que a poderosa frente social já em movimento tenha a sua tradução numa frente política, não haverá forças que possam impedir a concretização de uma alternativa democrática a curto prazo.

3. A instabilidade do quadro partidário e a necessidade e urgência da sua alteração

Daqui se conclui que actualmente não existe correspondência entre a arrumação das forças sociais e a arrumação dos partidos e seus eleitorados.

Os partidos que apolam o Governo têm um campo social de apoio incomparavelmente mais reduzido que o seu apoio eleitoral nas últimas eleições.

Inversamente, o campo social da resistência à política do Governo PS/PSD e objectivamente interessado numa alternativa democrática é extraordinariamente mais vasto do que o apoio eleitoral dos partidos que lutam por uma tal alternativa.

Na luta contra a política do Governo PS/PSD, participam centenas de milhares de membros e eleitores dos partidos da direita e do PS.

A linha divisória entre os portugueses que participam nas batalhas sociais não coincide com as fronteiras dos partidos e do seu último eleitorado.

Que revela esta situação? Revela a desadaptação e a instabilidade do actual quadro partidário, cuja expressão numérica na Assembleia da República não corresponde nem à arrumação das forças sociais, nem à força relativa e à influência dos vários partidos, nem às opções políticas dos portugueses.

É ingenuidade pensar que será fatalmente em torno deste quadro partidário que terá de se mover, por muitos anos, a vida política portuguesa.

Todos os acontecimentos indicam o contrário. A política do Governo PS/PSD atinge tão brutalmente os interesses de todas as classes e camadas antimonopolistas que se cria um fosso cada vez mais profundo entre os partidos do Governo e a maioria dos eleitores que votaram neles.

Os factos confirmam dia a dia a tese do PCP segundo a qual existe um vastíssimo campo social politicamente vazio que oferece condições objectivas para a criação de novos partidos.

Além do mais, quando cair o Governo PS/PSD o que aconteceria se se mantivesse o actual quadro partidário, incluindo a aliança do PS com a direita, se se considera que a única saída constitucional para uma tal crise seria a formação de um Governo com maioria parlamentar?

A nosso ver, seria o Impasse do regime, uma vez que um novo Governo baseado na aliança do PS com a direita nem sequer deveria ser considerado porque corresponderia a pôr de novo de pé quem tinha caído por não ter pernas para andar. Seria a repetição da mesma política e do mesmo fracasso com elevadíssimo preço para o povo e para o país.

Para que tal Impasse se não produza, admitindo a formação de um Governo de alternativa na base de uma maioria de deputados alcançada em novas eleições, seria necessária uma de duas condições: ou a reconversão do PS a uma política democrática (e com M. Soares isso está fora das possibilidades) ou a formação de um novo ou de novos partidos democráticos que consigam rapidamente vasto apoio social, político e eleitoral (para o que nos parece estarem preenchidas as condições objectivas essenciais).

Mas, dentro das potencialidades do regime democrático português, pode haver ainda outros caminhos constitucionais para uma saída política de emergência, quando da queda do Governo PS/PSD. A experiência da vida democrática desde o 25 de Abril mostrou claramente existirem tais possibilidades.

4. As eleições presidenciais de 1985

A demissão e substituição do Governo PS/PSD por um Governo como uma política que salve o país do desastre tornam-se de tal forma imperiosas que não poderá depender de eleições previstas para 1985 (Presidenciais e Autárquicas) e 1987 (para a Assembleia da República). É necessária e é possível uma solução democrática antes dessas datas.

De qualquer forma, as próximas eleições para a Presidência da República, virão a ter profundas repercussões na situação política nacional.

Não se devem ter dúvidas de que, perante o espectro da derrota em eleições democráticas, os partidos do Governo tudo farão para organizar eleições de democraticidade viada das quais possam sair vencedores.

Por isso constitui importante objectivo e importante tarefa lutar para que o carácter democrático de futuras eleições seja plenamente assegurado.

Lutar pela regularidade e fiscalização de todo o processo eleitoral e pela isenção dos meios de comunicação social estatizados. Lutar contra quaisquer tentativas de leis eleitorais anti-democráticas. Contra quaisquer tentativas de pôr em causa a seriedade do recenseamento, o princípio da proporcionalidade, a pessoalidade e o secretismo do voto e a fiscalização efectiva. Contra quaisquer tentativas de introduzir sistemas de fraude como são as urnas itinerantes, o voto por correspondência, por portador ou acompanhado. Contra quaisquer tentativas de alargar os votos dos emigrantes particularmente nas eleições presidenciais.

A tarefa de todos os democratas e patriotas nas eleições presidenciais de 1985 é derrotar os candidatos da

BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES

Transformar

Entrámos um dia dentro de quatro paredes chamadas FLL — e transformámo-las para fazer a primeira Festa do «Avante!».

Meses depois, lá voltávamos para de novo transformar — e fizemos o VIII Congresso. Entrámos por entre as estevas e o entulho de vinte e tantos hectares no Jamor.

Desbravámos, limpámos, construímos, transformámos e fizemos uma outra Festa do «Avante!».

Martelos e tubos, pincéis e fotos, muita vontade somada a talento e imaginação, eis os comunistas dentro do Pavilhão dos Desportos de Lisboa, semanas depois transformado para contar sessenta anos de luta e trabalho.

Atiram-nos para uma encosta pedregosa e esquecida onde se contempla o Tejo e as fábricas da margem Sul. Vergamo-nos aos milhares sobre essa terra, retirando pedras e enterrando cabos, sobre ela erguendo estruturas e bandeiras — e transformámo-la para erguer ainda uma nova Festa.

Atravessámos esse mesmo Tejo e vamos ao Barreiro fazer de um ginásio em terra operária a casa transformada que albergou o nosso IX Congresso.

Os que o conhecem entram hoje no Palácio de Cristal do Porto e exclamam — mas isto está completamente transformado! E transformaram-se os campos do Alentejo e do Ribatejo. E transformaram-se as ruas e casas de concelhos. E transformou-se o quotidiano de exploração das fábricas dos monopólios.

É um sonho que já nos habituámos a sonhar. Vamos, de facto, transformar o mundo. Até já começámos.

Noite fora

De todos os pontos do País, pela noite fora, muitas centenas de camaradas — milhares se contarmos os convidados — foram de viagem até ao Porto.

Consigno, na bagagem de poucos dias levavam os «indispensáveis». Levavam também documentos já elaborados, saudações escritas.

A maioria dos delegados, que não eram do Porto ou da região, passaram a noite em claro. Cantaram estrada fora nos autocarros da excursão, no comboio, dormitaram o que puderam. Era madrugada para uns, manhã feita para outros quando chegaram.

A sala grande do Palácio de Cristal, quente na sua decoração de festa, de portas abertas, recebeu uma multidão de comunistas. A luz tê-lo-á estremunhado do torpor da viagem, arrancado ao frio e à chuva que iria cair durante todo o dia. Depois de uma noite mal dormida ou sem pregar olho, depois de dias e dias de trabalho nas suas profissões e de trabalho militante, os delegados, porém não descansaram. Cada um representava uma centena de outros camaradas, cada um, responsável pelo Partido inteiro, tinha uma participação a dar. As intervenções da tribuna, a começar pela do secretário-geral do PCP, foram assim ouvidas com atenção, pontuadas de aplausos. O Congresso estava bem acordado.

Caras e corações

Diz-se que quem vê caras não vê corações. No primeiro dia do X Congresso, porém os rostos dos delegados mostravam bem que o dito às vezes não é verdadeiro.

Pelas faces dos dois milhares de camaradas — a revelar a origem de classe da grande maioria, operários industriais, operários agrícolas, empregados, gente que, entre muita outra, faz o Partido dos trabalhadores — pelas suas faces perpassava a determinação da luta, a esperança, a sabedoria que a experiência dá.

Pelas faces dos camaradas passava também a sua juventude. Muitos jovens entre os

delegados. E muitas mulheres também. E até nos mais velhos e experimentados militantes, a juventude transparecia. Quem viu caras, no primeiro dia do X Congresso, viu corações. De gente que quer um mundo melhor e estava ali para o dizer e a trabalhar para concretizar o sonho.

Como vai o País

Para além das intervenções dos representantes de partidos irmãos que não apenas nos trouxeram as suas calorosas e fraternais saudações mas também o conhecimento da situação que os trabalhadores pelo mundo travam, para além desses momentos de internacionalismo que logo no primeiro dia fizeram vibrar o Congresso, toda a atenção se virou para as intervenções que delegados de todo o Partido, de todo o País, proferiram. Das intervenções de carácter mais geral — a começar pela que o camarada Álvaro Cunhal leu no início dos trabalhos — às intervenções sobre aspectos sectoriais do trabalho do Partido ou das lutas dos trabalhadores, das células de empresa, às organizações regionais, às mais variadas frentes em que o esforço dos comunistas se empenha, as palavras trouxeram o País — todo o País — ao X Congresso.

Como vai o País e o povo? Para onde vai? Que batalhas foram necessárias para defender o rumo traçado por Abril, que batalhas temos pela frente? Dizer o País, contá-lo, traçar com palavras as perspectivas do futuro, foi o que se fez no Palácio de Cristal durante quatro dias que vão marcar a actividade do PCP para os próximos anos.

Arroz e massa em vez de batata...

Na medida do possível, o serviço de refeições preparado para os delegados (almoços e jantares de quinta-feira, sexta e sábado e almoço de domingo) funcionou num ritmo intenso, com milhares de refeições durante os quatro dias do Congresso, tarefa que exigiu o esforço de dezenas de camaradas, e em especial de um conjunto de mulheres comunistas da zona do Porto.

Preparar e servir essas refeições, numa estrutura improvisada sem grandes equipamentos e tudo isto num serviço rápido, de qualidade e em condições de higiene — não é tarefa fácil. Mas conseguiu-se, como nos salientou Manuel Fontes, um dos camaradas que acompanharam esse serviço de apoio ao Congresso desde a primeira hora, e que nos diria num dos seus poucos momentos de pausa:

«Trabalhou-se aqui de melhor maneira possível. Cada camarada que colaborou nesta tarefa deu o melhor do seu esforço. Isso não quer dizer que não fosse possível, noutras condições, fazer ainda melhor. E já agora, aproveito para referir uma alteração que introduzimos «em cima do momento»: perante um número tão elevado de refeições, modificámos a ementa inicialmente prevista no que respeita à batata e em sua substituição serviu-se arroz e massa».

De certeza que ninguém se importou...

Não há excepções

Uma assembleia gigante como o X Congresso do PCP, com milhares de delegados e convidados, e com muitos camaradas a trabalhar nos múltiplos serviços de apoio, exige naturalmente organização adequada do espaço que se ocupa e uma definição rigorosa dos acessos para os participantes, de acordo com o «estatuto» ou as tarefas que desempenham no Congresso do Partido.

Explicando melhor, a cada

delegado presente no Palácio de Cristal foi entregue previamente um cartão próprio. Assim, aos delegados, aos convidados, aos camaradas dos serviços, aos profissionais da Comunicação Social destacados para a cobertura jornalística do Congresso, etc., foram dados cartões de diferentes cores, definindo-se assim, as zonas de acesso e permanência para cada um dos seus portadores.

Não se trata, evidentemente, de esquemas rígidos. Mas de um método de trabalho fundamental para assegurar a plena realização e organização das tarefas e dos serviços do Congresso.

Respeitar este esquema foi norma efectiva para todos. À entrada de cada porta, de cada corredor com acesso a serviços, o participante no X Congresso mostra o seu cartão muitas vezes até com manifesto orgulho e com simpatia para com os militantes que asseguram o controlo dos numerosos pontos de acesso.

Mesmo quando há um camarada que diz: «Ora... Já me conhece. Ainda há pouco aqui passei!» — depressa se ouve: «Mesmo assim, mostra o cartão. Aqui não há excepções!». E logo, há quem complete: «Não há excepções aqui no Congresso, nem no Partido, nem no que queremos construir!».

Aqui se deixa o registo!

«Avante!» uma presença no centro de imprensa

O X Congresso do PCP foi acompanhado por dezenas de jornalistas portugueses e estrangeiros, que utilizaram os serviços de apoio em funcionamento constante durante os trabalhos da grande assembleia.

No centro de imprensa do Congresso, num ambiente marcado pela batida das teclas e por uma azáfama na entrega de documentos e informações requeridas pelos jornalistas, os jornais que se publicam foram naturalmente tema de conversa e de consulta. E entre os exemplares mais procurados, estava o «Avante!» e em particular a sua edição de quinta-feira, dia 15, 1.º dia do Congresso.

Dados apontados, folhas abertas, comentários e opiniões ao conteúdo informativo e à apresentação gráfica do «Avante!» (com destaque para o seu Suplemento), chamadas de atenção para alguns artigos publicados no «jornal do Partido Comunista» — foram imagens que se repetiram frequentemente no centro de imprensa.

Vir a vermelhinha

Quatro raparigas e quatro rapazes. Exactamente 159 anos de juventude repartidos dos 17 aos 24, com alguns vintes pelo meio e os restantes por aí. Em suma oito membros da Juventude Comunista Portuguesa vindos no comboio especial organizado pelo Comité Local de Lisboa (CLL).

Apanhados num grupo banhado de riso que, logo na primeira sessão do Congresso, procurava arrumar pernas e sacos na hesga que sobrava da zona de «convidados» que lhes coube. Nomes: João (Moscavide), Carlos (Estoril), Ana (Vila Franca de Xira), Elsa (St.ª Iria), M.ª do Rosário (Loures), Chico Martins (Amadora), M.ª João (Alenquer) e Piteira (Loures).

Vamos práli um bocadinho, ajustámos, já cúmplices, encaminhamo-nos para um monte de pranchas sossegadamente à nossa espera sob uma escada de acesso ao primeiro anel do Palácio de Cristal. Uma entrevista à gente? Esta agora! Esta agora, pois claro. Navegar é preciso, dizia um a brincar com a chuva que caía em abundância — e estava dissolvido o embarco. Todos o percebemos — e o diálogo também porque brotou com o

fôlego que a gente nova tem. Primeiro debicou-se a banalidade de estarmos bem vivos aqui dentro, com alguns espreitando a origem dos estúdios que iam repercutindo na sessão, outros fixando-se mais cedo na aventura do diálogo.

Finalmente todos a falar da realidade que eram. Dois de empregados, cinco estudantes e um operário. Um colectivo de oito particularidades que as tantas prometa «havemos de redigir...» e depois mandar para o «Avante!». Apanhando o fio da meada que passou a tecer o diálogo.

Estar aqui é aprender de uma só vez o mundo a que pertencemos. Com os problemas de cada um mais inteligíveis ao espelho do Congresso porque aqui ficamos a ver-nos melhor no meio de tantas e tantas realidades que fazem o nosso País. E estar ali era também perceber melhor o desemprego, o caos do ensino, a ameaça sobre o mundo do trabalho, a desgraça de se ter tal Governo. Além disso a diversidade de análises e informações que aqui recebe mos é o melhor ponto de partida.

E já agora como é que isto sai? A cores, respondemos. Então a minha intervenção deve vir a vermelhol, exigiria o operário...

A vermelhinha

Zona de convidados do Congresso, sessão da manhã de sexta-feira. Passando entre a multidão ordenada pelas filas de cadeiras, procurámos uma abordagem despreocupada do maior número de pessoas, procurando saber onde eram, como vieram, que tal o Congresso, enfim, o inevitável deste tipo de contactos.

Deparámos com gente do Porto, é claro, mas muitos de outras zonas do País: Alentejo, Ribatejo, Algarve, Lisboa, Beiras, etc. A conversa fluiu sempre, decorrendo da natural afabilidade que se respirou no Palácio e libertando o prazer que têm o diálogo. Tinham muitas ideias e as profissões mais diversas (às vezes não tinham era trabalho ou estavam com salários em atraso). De ambos os sexos, evidentemente. Sendo diversos os rumos das conversas conforme as pessoas em presença, uma singularidade no entanto viria a unificar todas ou, dizendo de outra maneira, todas contribuíram para um ponto singular: a discussão da degradação acelerada da vida dos portugueses a todos os níveis, tomando como referência a experiência concreta de cada um. E era um desfiar de lutas organizadas ou a organizar, de críticas e sarcasmos — e de uma imensa indignação. Tudo a desembocar no desgozoso PS/PSD, que dali sairia de rastos.

Tão de rastos que as tantas, vindo dum operário da «corda» de Vila Franca de Xira, surgiria o comentário para o grupo que entretanto se avolumara: «Este Governo só é de esquerda por causa da cor — é o Governo do jogo da «vermelhinha», com Mário Soares a dar as cartas à malta toda».

Reumático

Chegou à porta e perguntou: «É aqui a entrada dos convidados?» Responderam-lhe que não, dele se desinteressando de imediato porque a multidão alagava tudo. Esperou como quem reflectia e anulou-se o melhor que pôde de encontro à parede. Tempos mais tarde apanharia um olhar fugaz de um dos elementos do controle de entradas: «Olha, desculpa, onde é a entrada dos convidados?» Apontaram-lhe e ele utilizou-a erguendo, bem visível, a satisfação do pequeno rectângulo azul que lhe garantia o acesso. E depois sentou-se visivelmente aliviado. Ai, percebendo-se do nosso olhar, galhofaria com malícia: «Sabes, são setenta e nove anos já com algum reumático!».



«A situação de crise ainda mais profunda em que previsivelmente o Governo PS/PSD deixará o país, exigirá um Governo para viabilizar o qual devem estar prontos todos os democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária, um governo a que justamente poderá caber o título de Governo Democrático de Salvação Nacional.»

direita e eleger para Presidente da República um candidato que (na linha da estabilização democrática prosseguida nos últimos mandatos presidenciais) dê garantias de defender o regime democrático, assegurar o funcionamento das instituições e cumprir e fazer cumprir a legalidade democrática.

Da única candidatura de que se fala há muito é da do dr. Mário Soares. E fala-se tanto e há tanto tempo que até parece que o dr. Mário Soares se está preparando para entrar no «Guinness» com o record de antecipação de uma candidatura.

A candidatura de Mário Soares não é uma candidatura democrática. É sim uma e a mais possível candidatura da direita. O objectivo está a vista: chegar a Belém com os votos do PSD e do CDS, apresentar ou não estes partidos à primeira volta os seus próprios candidatos.

Já formámos claro e aqui reafirmamos: está completamente excluído qualquer apelo do PCP a candidatura de Mário Soares à Presidência da República ou qualquer indicação de voto nesse sentido.

O vasto leque social e político que elegeu o actual Presidente da República continua a existir. A indignação contra a política de direita contra o Primeiro-Ministro, contra o PS e o PSD, é enorme.

O necessário é que não se perca demasiado tempo, que não se alimentem entre democratas projectos pessoais de candidaturas concorrentes e que os democratas e patriotas dos mais variados sectores acordem ou convirjam em concentrar os votos numa candidatura única.

O que é necessário não é apenas uma candidatura democrática para se apresentar contra os candidatos da direita. O que é necessário é um candidato democrático para apresentar, para concorrer, para vencer as eleições e para ir para Belém.

Não temos qualquer dúvida de que, se o actual Presidente pudesse concorrer, (concorrendo também o dr. Mário Soares) o actual Presidente ganharia as eleições por maioria esmagadora.

Não podendo ser o actual, outro poderá sê-lo.

5. A queda do Governo PS/PSD e a alternativa democrática

As eleições presidenciais deverão realizar-se em 1985. O povo e o país não podem porém aceitar que uma mudança política espere até lá.

É imperioso cortar o passo à obra de destruição e desastre nacional a que o Governo PS/PSD está conduzindo Portugal.

É imperioso criar o mais rapidamente possível as condições necessárias para que o Governo PS/PSD se demita ou seja demitido.

A pergunta que muitos justamente fazem não é se o Governo PS/PSD irá durar muito, mas o que virá depois da sua queda.

A situação será naturalmente diferente segundo o quadro partidário que então se apresente. Será também diferente havendo ou não havendo novamente eleições antecipadas.

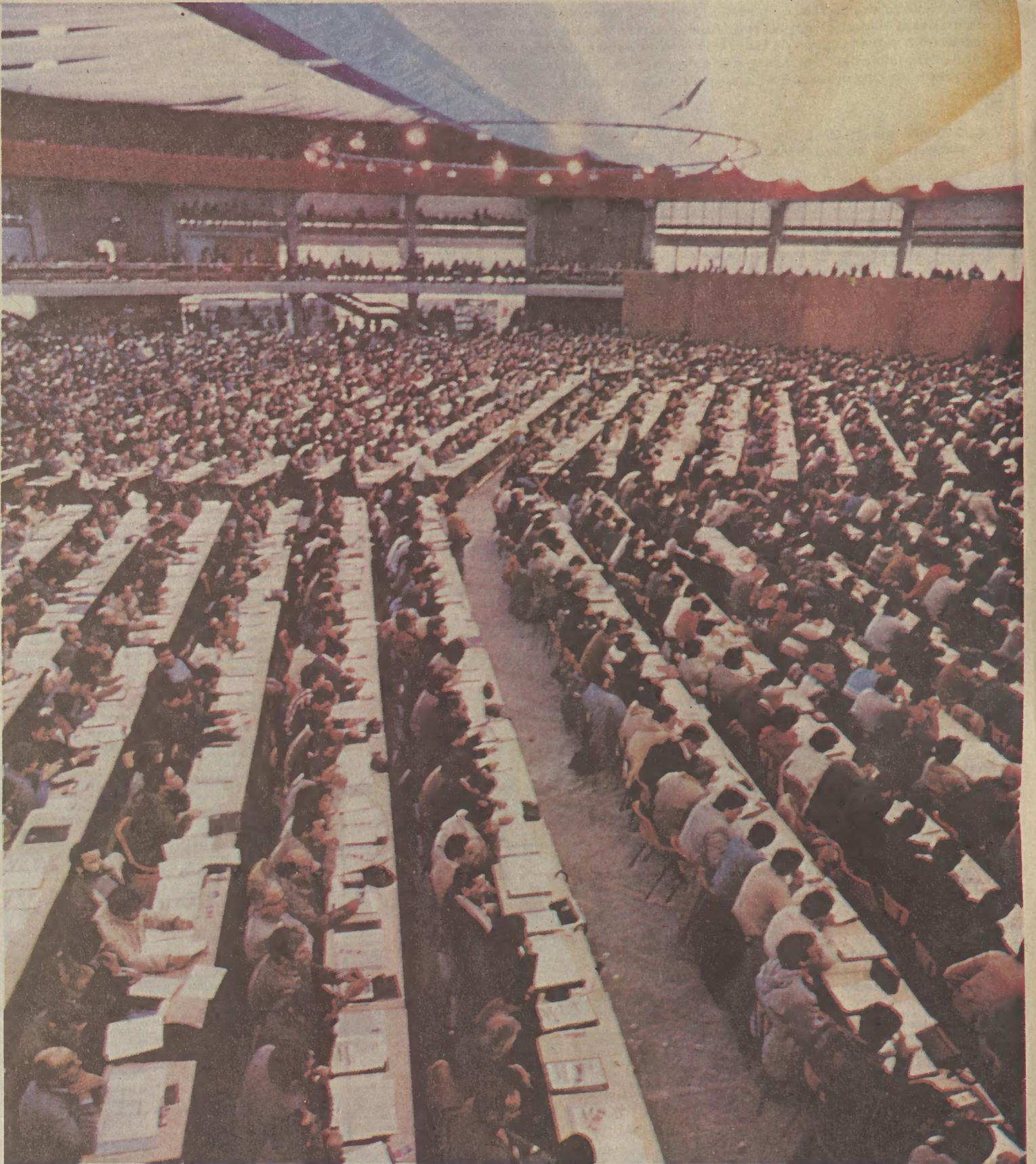
De qualquer forma a situação de crise ainda mais profunda em que previsivelmente o Governo PS/PSD deixará o país, exigirá um Governo para viabilizar o qual devem estar prontos todos os democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária, um governo a que justamente poderá caber o título de Governo Democrático de Salvação Nacional — um Governo constituído por democratas e patriotas de reconhecida seriedade e capacidade que dê garantias de inteiro respeito pela Constituição e a legalidade democrática; que emprenda uma política de mobilização dos recursos e potencialidades nacionais; que tenha um programa de eficiente ataque aos problemas fundamentais do país e mostre estar em condições de realizá-lo.

O PCP está pronto a examinar, com todos aqueles que estejam empenhados em encontrar uma solução, a viabilização institucional, política e social de um tal Governo.

Sublinha, ao mesmo tempo, que a participação do PCP no Governo, não é uma proposta feita para corresponder a interesses partidários, mas porque a participação do PCP num Governo Democrático de Salvação Nacional é do interesse do país.

Por isso é cada vez mais geral o sentimento de que «só com os comunistas os problemas poderão ser resolvidos».

Por isso o PCP confirma a sua disposição de assumir as suas responsabilidades num Governo que, no respeito pela Constituição e pela legalidade democrática, se propõe a fazer o país sair da crise e resolver os gravíssimos problemas que o país enfrenta.



7 O PARTIDO

O X Congresso do nosso Partido confirma que o PCP tem sido e continua a ser a força política determinante em defesa dos interesses do povo e do país, das conquistas de Abril, do regime democrático e da independência nacional. É um partido indispensável para uma alternativa democrática.

Sem menosprezo pela positiva e importante intervenção na vida política nacional de numerosos democratas de outras tendências, os nossos amigos do MDP, democratas independentes, milhares dos quais participam na APU, membros do PS e de outros partidos — constitui verdade incontestável que depende em larga medida da acção, da força e da influência de massas do PCP a defesa e prosseguimento do regime democrático e das suas conquistas.

Por isso insistimos em que o reforço do Partido é do interesse dos trabalhadores, do povo, de todos os democratas e patriotas, do regime democrático, da pátria portuguesa.

1. Centralismo democrático e estilo de trabalho

A força do Partido depende antes de mais da justeza da sua orientação. Mas depende também da sua composição social, da sua direcção, dos seus quadros, da sua organização, da sua propaganda, dos seus métodos de trabalho, da sua vida interna, da sua ligação às massas e da sua influência de massas.

A vida e a experiência do nosso Partido confirma o centralismo democrático como princípio orgânico fundamental. Mas confirma também que o centralismo democrático se não resume a algumas regras estatutárias e muito menos à sua aplicação rígida e esquemática.

No nosso Partido ultrapassou-se há muito, tanto na prática como nos conceitos, tal rigidez e esquematismo.

Desenvolvendo a linha definida no IX Congresso, o X Congresso vem consagrar o aprofundamento e o enriquecimento do centralismo democrático, resultantes da experiência prática e da criatividade do nosso Partido no funcionamento, nos métodos, nos critérios, nos hábitos de vida interna e nas formas de actuação.

Os princípios do centralismo democrático consagrados nos Estatutos — a eleição dos organismos dirigentes, a obrigatoriedade de os organismos dirigentes darem contas da sua actividade e prestarem atenção às opiniões e críticas das organizações respectivas, a aceitação pela minoria das decisões da maioria, o carácter obrigatório para os organismos inferiores de cumprirem as decisões dos organismos superiores e de relatarem a estes a sua actividade, a disciplina, o acatamento

dos princípios orgânicos e a proibição de quaisquer fracções — continuam em vigor.

Mas, de facto, não traduzem todos os princípios orgânicos que se tornaram essenciais na vida do nosso Partido.

Assim, como resultado da rica experiência adquirida ao longo dos anos, o trabalho colectivo — inseparavelmente ligado tanto à responsabilidade e à iniciativa individuais como à rejeição do individualismo e do subjectivismo e compreendido, não apenas como norma de funcionamento em cada organismo, não apenas como um princípio de trabalho de direcção, mas como prática dinamizadora de todo o Partido —, tornou-se um princípio básico, uma elevada expressão e um factor de primeiro plano do estilo de trabalho e da concepção segundo a qual o Partido é uma força global na qual se funde numa mesma actividade criativa o grandioso colectivo dos indivíduos que o constituem.

Esse é o sentido da alteração dos Estatutos em que, a norma da direcção colectiva é inserida no conceito mais vasto do trabalho colectivo correspondente à nossa própria experiência.

São resultado da orientação geral e do enriquecimento dos princípios orgânicos e dos métodos de trabalho os seguintes traços que caracterizam o nosso Partido: a efectiva democracia interna; o alargamento e crescimento do núcleo dirigente como produto da própria vida; a autoridade da direcção central resultante apenas do seu trabalho; o elevado grau de militância e a extraordinária capacidade de realização ligada a um profundo e dedicado empenhamento e à alegria do resultado; a inabalável unidade e coesão das fileiras, motivo de orgulho de todos e de cada um; o espírito fraternal e o respeito humano de todos para todos; a disciplina fácil e natural como hábito de actuar e de viver; a ligação à classe operária e às massas como a substância fundamental da acção partidária; o empenhamento de todo o Partido na elaboração da orientação e na sua aplicação!

Existem aqui e além atrasos, deficiências e tendências negativas — dirigismo, autoritarismo, individualismo, sectorialismo, burocratismo, rotina, resistências à crítica, dificuldades na autocritica individual.

Devemos continuar a combatê-las sobretudo através da aplicação correcta dos princípios e orientações.

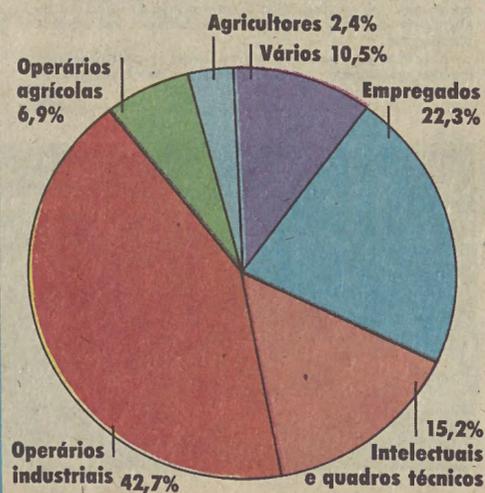
Mas tais atrasos, deficiências e tendências negativas não alteram as características fundamentais, positivas e exaltantes da vida interna e do estilo de trabalho do nosso glorioso Partido.

As propostas de alterações dos Estatutos têm como objectivo fundamental pôr os Estatutos em conformidade com algumas das referidas experiências na estruturação e funcionamento da organização, no trabalho de direcção, na democracia interna, no trabalho colectivo, no estilo de trabalho.

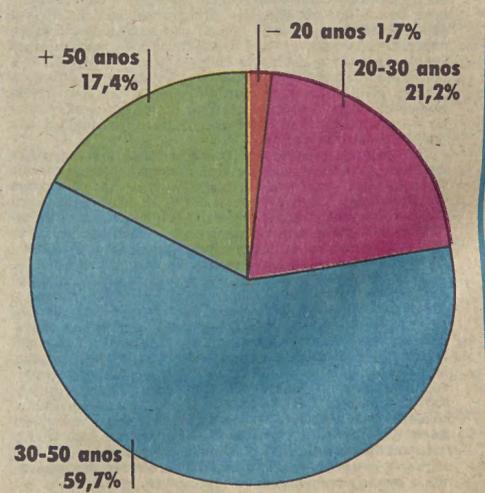
Os números do Congresso

Segundo os números provisórios na abertura do X Congresso, era de 2038 o número de delegados presentes, dos quais cerca de 20% eram mulheres. Os gráficos abaixo indicam a composição social e etária

Composição social



Composição etária



«O X Congresso do nosso Partido confirma que o PCP tem sido e continua a ser a força política determinante em defesa dos interesses do povo e do país, das conquistas de Abril, do regime democrático e da independência nacional. É um partido indispensável para uma alternativa democrática.»

Muitos anos antes do 25 de Abril, aprovámos os Estatutos com os quais se devia vir a configurar o Partido na legalidade. Desde então construímos um Partido com o qual se devem agora configurar os Estatutos.

As alterações propostas são um primeiro e importante passo nesse sentido.

2. Direcção e quadros

A renovação do Comité Central e dos outros organismos de direcção é uma necessidade natural acompanhando a vida e as tarefas do Partido e a evolução dos seus quadros.

Renovação não significa necessariamente substituição. Substituições radicais da direcção são sintomas de crise. Existindo uma vida democrática, é bom sintoma da saúde política de um partido a continuidade e a renovação progressiva do núcleo de direcção.

A renovação dá-se tanto pela saída como pela entrada de novos membros. A entrada para o CC de um número elevado de camaradas não deve levar o Partido a dispensar apressadamente a valiosa contribuição de camaradas com largos anos de actividade e experiência.

Consideramos positivo que, desde o 25 de Abril, mantendo-se ainda um forte núcleo vindo da clandestinidade, se tenha verificado a saída do Comité Central de um número restrito de camaradas e um grande alargamento numérico do Comité Central que possibilitou a participação de muitas dezenas de novos quadros neste órgão superior do Partido.

O Comité Central eleito no VIII Congresso ficou constituído por 90 membros. O CC eleito no IX Congresso por 133 membros. Se for aprovada pelo X Congresso a proposta do CC cessante, passarão a fazer parte do CC pela primeira vez camaradas.

É de sublinhar, como realidade positiva, que a «regra de ouro» da maioria operária continua a ser respeitada e aplicada e, como fenómeno negativo, que o número de mulheres continua a ser insatisfatório.

O CC cessante passará para o próximo CC uma proposta de alargamento, reforço e reordenamento da Comissão Política e da eleição de camaradas mulheres para a Comissão Política e para o Secretariado.

Têm sido objecto de atenção as questões relativas ao trabalho do secretário-geral do Partido. Dado o elevado nível do trabalho colectivo alcançado, consideramos que existem todas as condições para que se não verifique qualquer perturbação na direcção e na actividade do Partido quando vier a colocar-se a substituição do camarada que actualmente exerce essas funções.

De facto, o trabalho colectivo, inseparável da responsabilidade e iniciativa individuais, a unidade, a coesão e o funcionamento democrático dos organismos de direcção, a permanente consulta e ascultação das opiniões das organizações e dos militantes, o acompanhamento dos acontecimentos e a resposta pronta e adequada aos problemas, a intervenção dinamizadora — são elementos suficientes para confirmar que, de futuro, o Comité Central e todos os outros organismos de direcção do Partido, profunda e estreitamente ligados às organizações, aos militantes, à classe operária e às massas, continuarão a cumprir com honra as tarefas que o Partido lhes confiou.

Sem dúvida que se manifestam, com maior ou menor frequência, deficiências, defeitos, tendências negativas a combater: excesso de praticismo, falhas no controlo de execução, organismos que não assumem as suas reais funções e responsabilidades, manifestações de dirigismo, individualismo e burocratismo.

Mas essas debilidades, que estamos plenamente em condições de superar, não alteram as características positivas fundamentais e predominantes no trabalho de Direcção, que se insere no estilo de trabalho que nasceu e se desenvolve a partir da assimilação das experiências passadas, das novas experiências do trabalho diário, do espírito criativo e inovador das organizações e militantes.

A chamada dos militantes do Partido a tarefas mais responsáveis não é apenas um problema de Direcção. É um problema que se insere na política de quadros e que é inseparável da criação, como característica e como definição da vida interna do nosso Partido, de um vasto e poderoso colectivo de dezenas de milhares de militantes profundamente dedicados à actividade partidária.

Os duros anos de luta clandestina nas condições da ditadura fascista, os dois anos exaltantes da revolução portuguesa e os últimos sete anos de luta em defesa das conquistas democráticas contra o processo contra-revolucionário, formaram, desenvolveram, temperaram, especializaram, seleccionaram milhares e milhares de quadros, entre os quais é legítimo destacar os funcionários do Partido, pela sua dedicação, o seu intenso trabalho, o seu papel decisivo no trabalho de direcção e na dinâmica partidária.

A actividade diária, a realização das tarefas, a prontidão para o trabalho e para a luta, o exame colectivo dos problemas, a crescente responsabilização, a promoção quando apropriada, a frequência de cursos, a crítica à tendências negativas, o estudo do marxismo-leninismo — constituem importantes facetas da formação dos quadros do Partido.

Na aplicação da política de quadros do Partido manifestam-se por vezes deficiências, como o insuficiente acompanhamento e ajuda, atrasos na correcção de debilidades, arrastamento de casos, imposição de autoridade formal. Mas o aparecimento, desenvolvimento, actividade e formação positiva de milhares de quadros atesta que, no fundamental, o Partido tem sabido formar os quadros de que necessita.

O Partido mergulha as profundas raízes das suas organizações na classe operária e nas massas populares — reservas inesgotáveis de combatentes da causa dos trabalhadores, da liberdade, da democracia, da independência nacional e do socialismo. Dos trabalhadores e das massas populares vem ao Partido o poderoso influxo da consciência de classe, dos interesses e aspirações populares, da necessidade e da vontade indomável de transformação social.

A estreita ligação com a classe operária e as massas e a actividade voltada para as massas, a par da participação na vida democrática interna do Partido, constituem a mais rica escola de formação de quadros.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido do Povo português, o PCP conta com essas reservas inesgotáveis.

Por isso é tão vasto e forte o seu grandioso colectivo militante. Por isso podemos confiar que amanhã no futuro não faltarão quadros combatentes e dirigentes a todos os níveis de responsabilidade.

3. Organização

O Partido apresenta-se no X Congresso com a sua poderosa organização unida, coesa, militante, de grande capacidade de realização, ligada às massas e voltada constantemente para a acção, para a luta.

Ao longo dos últimos anos, os nossos inimigos e adversários, embaldados pelo processo contra-revolucionário, muitas vezes profetizaram, não só o nosso isolamento político e a nossa vertical queda eleitoral que se não deram, como o enfraquecimento orgânico do Partido.

Também nisso se enganaram. Apesar de hoje e anos de processo contra-revolucionário o Partido está hoje mais forte do que nunca.

No VIII Congresso realizado em 1976 registávamos 115.000 membros do Partido. No IX Congresso, em 1979, 164.713. O Comité Central informa o X Congresso de que actualmente, o Partido tem mais 36.040 membros do que na altura do IX Congresso e que os efectivos do Partido ultrapassam 200 mil membros. Concretamente o número de membros do Partido é de 200.753 não contando com 25.000 membros da JCP.

A composição social — com 57,4% de operários e 77,2% de operários e empregados — confirma o Partido (tal como os objectivos programáticos e a orientação e actuação políticas) como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. O número de mulheres subiu de 33.936 no IX Congresso para 43.451 actualmente, ou seja registou-se o aumento nestes anos de 9615 mulheres membros do Partido. As percentagens respectivas passaram de 20,5% para 21,6%.

Não se apressem a tirar conclusões os que falam em envelhecimento do PCP. São mais os membros do PCP da casa até 30 anos do que o total (repto: o total) dos membros do PS

de todas as idades recenseados no último Congresso deste partido.

Aumentou o número de membros do Partido pequenos e médios agricultores e intelectuais e quadros técnicos, mas o aumento não é satisfatório. O número de organismos passou de 9014 para 9245.

Foram criadas neste período 5 novas direcções regionais, 39 novas comissões concelhias e 261 novas comissões de freguesia.

A par da actividade regular das estruturas orgânicas tradicionais, cuja capacidade e experiência se reforça incessantemente, o período decorrido desde o IX Congresso foi marcado pelo alargamento, reforço e intervenção de estruturas muito diversificadas das quais é inseparável a capacidade de realização, o desenvolvimento das acções unitárias e o trabalho de massas do Partido.

Entretanto devemos ter presente que tanto as Teses apresentadas pelo CC como o debate realizado no Partido apontam para a existência de deficiências, irregularidades e anomalias no trabalho de organização (designadamente estruturação nas empresas e participação no trabalho) que temos necessariamente que superar com um sério esforço de todo o Partido.

Entre outras, são tarefas fundamentais no domínio da organização, o reforço dos organismos intermédios de direcção (nomeadamente das Comissões Concelhias), o aumento do número e o reforço das células de empresas — a activação do recrutamento (particularmente de jovens, de mulheres e de camponeses) o contacto regular com todos os membros do Partido e a dinamização geral do grande colectivo partidário.

Os nossos inimigos dirão que atingimos um nível máximo e que a partir de agora começaremos a descer.

Uma vez mais se enganarão.

O povo português e Portugal precisam que o PCP seja ainda mais forte e influente. E estamos seguros de que vai sê-lo.

4. Informação, propaganda, batalha ideológica

No período decorrido desde o IX Congresso, a informação e a propaganda continuaram a constituir um instrumento essencial da nossa actividade. Para a divulgação dos objectivos, orientação e propostas do Partido. Para o reforço da organização. Para a formação dos quadros. Para a mobilização de massas. E para a informação e o esclarecimento da opinião pública, literalmente bombardeada minuto a minuto pela desinformação, a diversão, a provocação ideológica, o anticomunismo e o anti-sovietismo mais repugnantes e provocatórios.

Foram instrumentos essenciais da informação e propaganda do Partido desde IX Congresso: o «Avante!» (agora anexo ao seu «Suplemento»), o «Militante» (que completou 50 anos de publicação), Revistas e Boletins diversos. A informação e propaganda escritas (que só no que respeita à SIP Central atingiu 300 notas, 570 comunicados e 400 documentos de propaganda com mais de 76 milhões de exemplares). A actividade editorial (que atingiu neste período 248 edições com uma tiragem total de 1 177 000 exemplares). Milhares de sessões de esclarecimento e de comícios (alguns dos quais com dezenas e mesmo centenas de milhares de participantes). Seis campanhas eleitorais (cada uma das quais significou a realização de muitos milhares de iniciativas de massas). Cinco Festas do «Avante!» e dezenas de Festas anuais das organizações. Milhares de espectáculos e convívios. Grandes realizações como a Exposição do 60.º Aniversário do Partido visitada, só em Lisboa, por mais de 100 000 pessoas (e que percorreu 5 países socialistas), as Exposições do 4.º Centenário de Camões e do 5.º Centenário da Revolução de 1983/85 e ainda muitas outras variadas iniciativas, como o porta-a-porta, as acções em feiras e mercados e a utilização do magro direito de antena na RTP em cerca de duas dezenas de programas de 1979 até hoje.

Trata-se de um trabalho imenso apenas possível graças à grande experiência acumulada, à preparação, nível e equipamento técnico, à força orgânica, à angariação e mobilização de recursos financeiros e à admirável militância que se verifica no nosso Partido. Temos entretanto de concluir que ele não responde ainda às exigências da situação actual na qual temos de combater dia-a-dia e hora a hora a propaganda inimiga que utiliza colossais e dominantes meios técnicos e financeiros.

É indispensável aumentar a difusão da imprensa do Partido, administrar os meios disponíveis de forma a assegurar a sua mais intensa, económica e eficaz utilização, assimilar e utilizar técnicas novas, melhorar o planeamento e a coordenação simultaneamente com a descentralização.

A informação e propaganda, assim como o trabalho de reorganização e todos os outros aspectos da actividade do Partido exigem consideráveis meios financeiros. Tem de registar-se, como valioso índice da militância e do vasto apoio do Partido, o aumento das receitas que atingiram em 1982 386 000 contos. É uma soma considerável. Entretanto o desenvolvimento da actividade do Partido exige um sério e permanente esforço para que as receitas sejam aumentadas.

Na informação e propaganda é essencial, por um lado, aproveitar e utilizar largamente riquíssimas experiências já adquiridas e, por outro lado, evitar a repetição cansativa de processos e estimular a imaginação e o espírito criativo na utilização da palavra, da imagem e do som, na forma de ganhar a atenção e o interesse das massas e transmitir-lhes de maneira convincente o esclarecimento e a mensagem do Partido.

A informação e propaganda é um instrumento fundamental da intervenção na batalha ideológica em curso.

A defesa do regime democrático português em que são indissociáveis as liberdades democráticas e as transformações alcançadas nas estruturas socioeconómicas, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária; a demonstração de que a causa fundamental da crise é a política de recuperação capitalista; a divulgação da política alternativa proposta pelo Partido; o papel da classe operária e a identificação dos interesses e objectivos sociais e políticos dos trabalhadores com os interesses nacionais; o esclarecimento do valor e alcance das realizações dos países socialistas e das vitórias da luta libertadora dos povos; a explicação da política de agressão e de guerra do imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, e das causas do perigo de uma guerra nuclear; o desmascaramento da ideologia da reacção, do PS/M. Soares e do oportunismo de esquerda; o patriotismo e o internacionalismo dos comunistas; a contraposição dos princípios científicos do marxismo-leninismo às teorizações dos defensores do capitalismo — tais são as direcções fundamentais da batalha ideológica que estamos a travar e continuaremos a travar.

Dada a desigualdade de recursos, é uma batalha em que todo o nosso Partido é chamado a fazer um gigantesco esforço.

A prova está porém já feita de que somos capazes não só de travar esta difícil batalha como de registar sucessos no esclarecimento do povo português.

As forças reacçãoárias procuram que Portugal volte ao passado de miséria e opressão. Mas, nós, comunistas, lutamos para que Portugal, ciente do seu passado, olhe para o futuro. Temos por certo que o futuro livre, democrático, independente de Portugal será construído com os comunistas, no caminho do socialismo.

Para já, temos por diante duras batalhas na defesa de interesses vitais do povo português, na defesa do direito ao trabalho, ao salário e à cultura, na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução, na defesa da democracia, da independência nacional e da paz.

Temos por diante duras batalhas para derrotar o Governo PS/PSD e alcançar finalmente uma alternativa democrática. Este nosso X Congresso é de capital importância para preparar o Partido para essas batalhas. Batalhas que não são apenas para travar, mas também para vencer.

O X Congresso é uma nova afirmação de que o Partido é uma força indispensável para uma alternativa democrática e para fazer sair o país da crise e para resolver os graves problemas nacionais.

É com o PCP que continuará Portugal de Abril
Viva o X Congresso do PCP!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas!

Viva Portugal de Abril!
Viva o internacionalismo proletário!
Viva o Partido Comunista Português

BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES • BREVES



Um recado

Tinha onze anos quando houve o primeiro Congresso do PCP na legalidade. Agora tem 18 cheios de vida, um sorriso lindo e a satisfação de ter um Congresso do Partido na sua cidade. Só que... só que apenas pude arranjar uma entrada para esta manhã! Não está certo, Maria Cristina, evidentemente que não está certo embora não pudesse ser de outra maneira (imagina se todos os camaradas exigissem assistir ao Congresso ao vivo!). Mas por esse andar, no próximo estareis lá por inteiro e... delegada!

Se todos soubessem...

De capote ondulado ao vento, olhava num intervalo dos trabalhos a magnífica perspectiva do Douro e da Ponte da Arrábida que se pode apreciar dos jardins do Palácio. Prolongava o prazer com fumaças a preceito, não desfitando o quadro e aparafusando-se ao solo como os aletejanos tão bem sabem. As tantas voltar-se-ia para nós e comentaríamos: «isto é mesmo bonito! Se todos já soubessem que têm nas mãos um País tão bonito...»

Um serviço dos serviços

Na entrada principal do Palácio, reservada aos delegados, estava instalado um amplo serviço de informações, com capacidade para o que desse e viesse. O desse foi uma perna às costas, o pior foi o viesse do primeiro dia, quando fálhou por razões técnicas o serviço de recepção de bagagens! Só que ninguém se deteve a perguntar os porquês e outros quês que caracterizam a técnica de encanar a perna à rã, optando-se por resolver o problema com o serviço informativo enquanto alguém tratava do serviço encrencado. O encrencado é que tudo correu tão bem que ninguém se



apercebeu que estava a entregar as malas no mesmo sítio onde perguntava a porta respectiva, o local dos telefones ou o caminho para o almoço...

A carruagem n.º 6

Oito e trinta da manhã. A pé pelas ruas da cidade, oito centenas de delegados e convidados do X Congresso dirigem-se para o Palácio de Cristal, no termo de uma viagem de comboio que ao longo de cerca de sete horas os trouxe desde Lisboa. Muito tempo? Nem por isso. As horas foram passando sem que ninguém desse por isso: porque passaram pelas brassas, outros porque os camaradas da DORL encarregues de organizar o comboio especial (com a preciosa ajuda dos trabalhadores e dos serviços competentes da CP, no que se refere ao rigoroso cumprimento dos horários) criaram todas as condições para que não faltassem motivos de interesse e entretenimento.

Das dez carruagens da composição a n.º 6 foi o principal centro de atenções: comes e bebes (a preços de Centro de Trabalho...), música de fundo, filmes, animação cultural... Como sempre nestas ocasiões não faltaram os «espontâneos», alguns armados de violas, uns com melhor, outros com pior voz.

Foram horas de alegria, confraternização e fraternidade — que, depois, se prolongaram durante quatro dias no Palácio de Cristal.

Do tamanho de montanhas

A intervenção do secretário-geral do PCP, na qual se resumem os pontos fundamentais tratados nas Teses, foi seguida por toda a sala com profunda atenção. Por vezes, porém, o silêncio foi interrompido pelos aplausos dos delegados e convidados, nomeadamente quando em frases simples e claras se fazia alusão aos grandes princípios do

Partido e às linhas de actuação, ou quando, na parte final, Álvaro Cunhal revelou os números actuais relativos à organização. Aplausos particularmente quentes saudaram a notícia de que os membros do Partido tinham ultrapassado os 200 mil. Pouco depois, os aplausos voltariam: «Não se apressem a tirar conclusões os que falam em envelhecimento do PCP. São mais os membros do PCP da casa até 30 anos do que o total (repto: o total) dos membros do PS de todas as idades recenseados no último Congresso deste partido.» Há certos números que, só por si, encerram verdades do tamanho de montanhas.

À porta fechada

10 horas da manhã do primeiro dia do Congresso. A locutora de serviço ao noticiário da Antena 1 da RDP dá a seguinte notícia: «Começa dentro de momentos, no Porto, o X Congresso do PCP. O congresso, que decorre à porta fechada, terá a presença de 2000 delegados e cerca de 3000 convidados. Contamos dar no nosso próximo serviço de notícias mais

pormenores do acontecimento». Estava feita a «cacha» desse dia na Antena 1. De um congresso à «porta fechada», um repórter, talvez — quem sabe? — disfardado de delegado, iria enviar pormenores. Pormenores, evidentemente, que escapariam à opinião pública, às dezenas de jornalistas que lá estiveram permanentemente, às delegações de partidos políticos convidadas e, bem entendido, aos cerca de 3000 convidados que lá foram de todos os pontos do País.

Mas, mais que uma «gaffe» este «à porta fechada» parece ter sido uma orientação da Direcção de Informação da RDP pois às 11 horas, na Rádio Comercial, outra locutora dizia exactamente o mesmo.

E isto quando já estavam na sala de imprensa do Congresso os jornalistas da RDP. Isto quando já se sabia que iriam estar presentes milhares de convidados. Isto num País onde grande parte da população utiliza a rádio como única forma de saber o que se passa para lá dos limites da sua povoação. Continua a haver quem queira «fechar a porta» aos comunistas, mesmo recorrendo à descarada mentira. Mas são cada vez menos e, verdade se diga, imaginação é coisa que não lhes sobra.



Comício em Lisboa na próxima 4.ª feira

As conclusões do X Congresso do Partido Comunista Português serão divulgadas em Lisboa no comício que decorrerá no Pavilhão dos Desportos, já na próxima quarta-feira, dia 21.

Participam neste comício os camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova.

O início da sessão está marcado para as 21 e 30.

Somos mais de 200 000!

«O Partido apresenta-se no X Congresso com a sua poderosa organização unida, coesa, militante, de grande capacidade de realização, ligada às massas e voltada constantemente para a acção, para a luta.

«Ao longo dos últimos anos, os nossos inimigos e adversários, embalados pelo processo contra-revolucionário, muitas vezes profetizaram não só o nosso isolamento político e a nossa vertical queda eleitoral que se não deram, como o enfraquecimento orgânico do Partido.

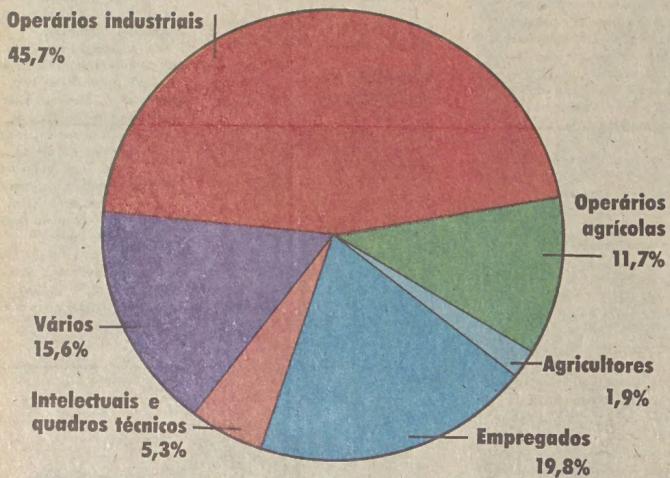
«Também nisso se enganaram. Apesar de anos e anos de processo contra-revolucionário o Partido está hoje mais forte do que nunca.

«No VIII Congresso realizado em 1976 registávamos 115 000 membros do Partido. No IX Congresso, em 1979, 164 713. O Comité Central informa o X Congresso de que actualmente o Partido tem mais 36 040 membros do que na altura do IX Congresso e que os efectivos do Partido ultrapassam 200 000 membros. Concretamente, o número de membros do Partido é de 200 753, não contando com 25 000 membros da JCP.»

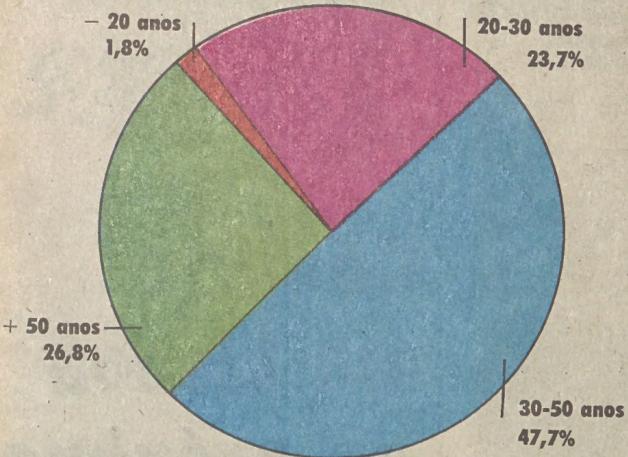
Álvaro Cunhal na sessão de abertura do X Congresso



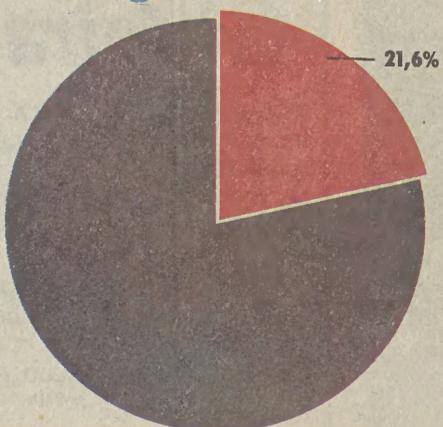
Composição social



Composição etária



Percentagem de mulheres



Evolução do número de militantes

